



ENTREVISTA: Haroldo Mattos de Lemos mostra como transformar o investimento ambiental em lucro

# GOIÁS

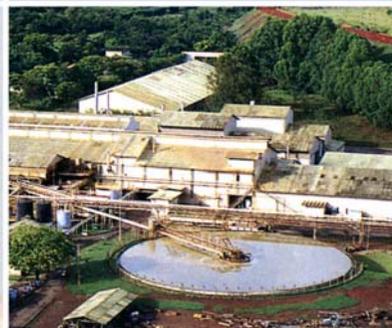
FIEG  
SESI  
SENAI  
IEL  
ICO BRASIL

Sistema  
**FIEG**

Ano 38 - nº 220  
Novembro/Dezembro  
2007

# INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás



# Os nós que amarram o avanço da indústria

As previsões para 2008 mostram que o setor manterá o crescimento, mas as taxas poderiam ser mais robustas se houvesse investimento em ferrovias, estradas, energia...

# www.interagy.com.br

▶▶▶▶ O Portal para quem oferta e busca vagas de estágio.



Sistema Fieg/Ascom



## 22

## Desafios para 2008

As tendências em cena para a indústria neste ano indicam que a atividade industrial continuará crescendo. Mas gargalos estruturais, que exigem investimentos e boa dose de capital político, impedem o avanço mais acelerado do setor em Goiás e no restante do País.

## 12

## Agenda para o debate

Sistema Fieg encaminha à Assembléia a Agenda Legislativa da Indústria Goiana, com avaliação detalhada de 44 projetos em tramitação na Casa de interesse do setor e da sociedade em geral. O objetivo é discutir, “de forma legítima e transparente”, cada uma daquelas propostas, das quais 14 tratam de temas ambientais.

## 15

## Meio ambiente

Numa iniciativa conjunta da Fieg, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Agência Ambiental, Secretaria de Indústria e Comércio, Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas de Goiás (Sebrae-GO) e Associação Goiana de Imprensa (AGI), foram anunciados os vencedores do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental 2007. A Sama S.A. – Minerações Associadas foi a grande campeã do ano.



## 31

## Créditos pulverizados

O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste aprovou o credenciamento da Agência Goiana de Fomento (GoiásFomento) e do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) como agentes financeiros do fundo. A GoiásFomento terá, a princípio, orçamento de R\$ 10 milhões. Em 2007, o FCO realizou contratações estimadas em R\$ 850 milhões apenas em Goiás, num avanço de 34% em relação a 2006.



**SISTEMA FIEG****Federação das Indústrias do Estado de Goiás**

Presidente: Paulo Afonso Ferreira  
 Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,  
 Casa da Indústria - Vila Nova  
 CEP 74645-070 - Goiânia-GO  
 Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975  
 Home page: www.sistemafieg.org.br  
 E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

**SESI****Serviço Social da Indústria**

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira  
 Superintendente: Paulo Vargas  
 E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

**SENAI****Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**

Diretor Regional: Paulo Vargas  
 Home page: www.senaigo.com.br  
 E-mail: senaigo@senaigo.com.br

**Núcleo Regional da FIEG em Anápolis**

Presidente: Waldyr O'Dwyer  
 Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,  
 Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO  
 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565  
 E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

**IEL****Instituto Euvaldo Lodi**

Diretor Regional: Daniel Viana  
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos  
 Home page: www.ielgo.com.br  
 E-mail: iel@sistemafieg.org.br

**ICQ BRASIL****Instituto de Certificação Qualidade Brasil**

Diretor Regional: Daniel Viana  
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos  
 Home page: www.icqbrasil.com.br  
 E-mail: icq@icqbrasil.com.br

**DIRETORIA DA FIEG****PRESIDENTE**

Paulo Afonso Ferreira

**1º VICE-PRESIDENTE**

Pedro Alves de Oliveira

**2º VICE-PRESIDENTE**

Wilson de Oliveira

**3º VICE-PRESIDENTE**

Ivan da Glória Teixeira

**1º SECRETÁRIO**

Hélio Nunes

**2º SECRETÁRIO**

Luiz Gonzaga de Almeida

**1º TESOUREIRO**

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

**2º TESOUREIRO**

Antônio de Sousa Almeida

**DIRETORES**

Aluísio Quintanilha de Barros  
 César Helou  
 Flávio Paiva Ferrari  
 Joviano Teixeira Jardim  
 Marley Antônio da Rocha  
 Ubiratan da Silva Lopes

Eduardo Cunha Zuppani  
 Luís Antônio Vessani  
 Carlos Alberto Vieira Soares  
 Fábio Rassi  
 Sávio Cruvinel Câmara  
 Elton Teles de Campos  
 José Luiz Martin Abuli  
 Aldrovando Divino de Castro Júnior  
 José Magno Pato  
 Domingos Vilefort Orzil  
 Roberto Guimarães Mendes  
 Raimundo Viana Dutra  
 Carlos Alberto Diniz  
 Humberto R. de Oliveira  
 Mário Renato G. de Azeredo

**CONSELHO FISCAL**

Daniel Viana  
 Heno Jacomo Perillo  
 Waldyr O'Dwyer

**CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI**

Paulo Afonso Ferreira  
 Sandro Antônio Scodro Mabel

**CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG**

Abílio Pereira Soares Júnior  
 Aldrovando Divino de Castro Júnior  
 Álvaro Otávio Dantas Maia  
 Anísio Queiroz de Carvalho Jr.

Antônio Clóvis Carneiro  
 Carlos Alberto Diniz  
 Carlos Alberto Vieira Soares  
 Carlos José de Moura Júnior  
 Carlos Queiroz de Paula e Silva  
 Carlos Roberto de Araújo  
 Carlos Roberto Viana  
 César Helou  
 Cyro Miranda Gifford Júnior  
 Daniel Viana  
 Domingos Sávio Gomes de Oliveira  
 Domingos Vilefort Orzil  
 Edmar Sabino Neves  
 Eduardo Cunha Zuppani  
 Elton de Teles Campos  
 Emílio Carlos Bittar  
 Eurípedes Felizardo Nunes  
 Fábio Rassi  
 Flávio Paiva Ferrari  
 Francisco Gonzaga Pontes  
 Frederico Martins Evangelista  
 Henrique Wilhem Morg de Andrade  
 Hélio Nunes  
 Heno Jacomo Perillo  
 Jaime Canedo  
 Jair Rizzi  
 Jerry de Paula  
 João Essado  
 Joaquim Cordeiro de Lima  
 Jorcelino José Nunes Neto  
 Jorge Luiz Biazuz Meister  
 José Antônio Vitti

José Divino Arruda  
 José Luiz Martin Abuli  
 José Magno Pato  
 José Romoaldo Maranhão Neto  
 José Vieira Gomide Júnior  
 Laerte Simão  
 Leonardo Jayme de Arimatéa  
 Leopoldo Moreira Neto  
 Luiz Antônio Vessani  
 Luiz Gonzaga de Almeida  
 Luiz Rézio  
 Manoel Paulino Barbosa  
 Mário Drummond Diniz  
 Marley Antônio Rocha  
 Mário Renato Guimarães Azeredo  
 Nelson Pereira dos Reis  
 Onofre Andrade Pereira  
 Orizomar Araújo de Siqueira  
 Paulo Afonso Ferreira  
 Pedro Alves de Oliveira  
 Pedro de Souza Cunha Júnior  
 Roberto Elias de Lima Fernandes  
 Sandro Antônio Scodro Mabel  
 Sávio Cruvinel Câmara  
 Sebastião Elias Barbosa  
 Segundo Braoios Martinez  
 Ubiratan da Silva Lopes  
 Valdenício Rodrigues de Andrade  
 Walterci de Melo  
 Wellington Soares Carrijo  
 Wilson de Oliveira

**CONSELHOS TEMÁTICOS E INSTITUIÇÕES****Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

Presidente: Ivan da Glória Teixeira  
 Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

**Conselho Temático de Meio Ambiente**

Presidente: Henrique W. Morg de Andrade  
 Vice-Presidente: Domingos Sávio Gomes de Oliveira

**Conselho Temático de Infra-Estrutura**

Presidente: José Rodrigues Peixoto Neto  
 Vice-Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes

**Conselho Temático de Política Econômica**

Presidente: Beyle de Abreu Freitas

**Conselho Temático de Relações do Trabalho**

Presidente: Hélio Nunes  
 Vice-Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira

**Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa**

Presidente: Humberto Rodrigues de Oliveira  
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares

**Conselho Temático de Responsabilidade Social**

Presidente: Antônio de Souza Almeida  
 Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

**Conselho Temático de Agronegócio**

Presidente: Rodrigo Penna de Siqueira  
 Vice-Presidente: Segundo Braoios Martinez

**Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais**

Presidente: Ronaldo Jair Sales  
 Vice-Presidente: Alberto Borges

**Conselho Temático Fieg Jovem**

Presidente: Alexandre Costa  
 Vice-Presidente: Marduk Duarte

**Rede Metrológica Goiás**

Presidente: Heribaldo Egídio

**GOIÁS**  
**INDUSTRIAL**

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás



**Direção**  
 José Eduardo de Andrade Neto

**Coordenação de jornalismo**  
 Joelma Pinheiro

**Edição**  
 Lauro Veiga Filho

**Subeditor**  
 Dehovan Lima

**Reportagem:** Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Débora Orsida, Jávier Godinho, Dorothy Menezes e Fernanda Guirra

**Colaboração:** Wellington da Silva Vieira  
**Fotografia:** Sílvio Simões  
**Diagramação, Produção e Publicidade:**  
 ND Editora e Publicidade Ltda.  
 Rua 1034, nº 49, Setor Pedro Ludovico  
 74823-190 - Goiânia-GO  
 Fone: (62) 3255-6262  
 E-mail: nd@ndeditora.com.br

**Fotolito:** Oficina de Arte  
**Impressão:** Formato

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Paulo Afonso Ferreira

# A Fieg aposta no novo ano

**S**empre apreciamos a expressão otimismo realista, pelo que representa de positivo em todas as situações, ao somar bom ânimo com realidade. Ela é perfeitamente válida nesta oportunidade, quando se reúne o que aconteceu em 2007 com os indicativos disponíveis para o novo ano.

Há sobejos motivos para a unanimidade na consideração de que 2007 foi um ano bom para as indústrias brasileira e goiana. Esse setor produtivo em Goiás obteve sucesso em todas as variáveis pesquisadas pela Fieg, pela CNI e pelo IBGE. Houve crescimento significativo de empregos, o que é ótimo socialmente, e a construção civil retomou trajetória de expansão, interrompida há vários anos. O desempenho favorável da macroeconomia do País repercutiu de todas as formas no Estado. Melhorou o panorama nacional em termos de dívida pública, balança comercial, queda de juros e inflação sob controle, embora com leve recrudescimento no final do período.

Há riscos, com certeza, espreitando-nos em 2008. A União anunciou a adoção de medidas compensatórias pela perda dos recursos da CPMF e, piorando, a crise econômica norte-americana trará reflexos negativos; a tendência altista da inflação pode não ser contida e as limitações da infra-estrutura ameaçam Goiás, geograficamente situado no coração do Brasil, dela dependente para movimentação de cargas, sendo esta vital ao êxito da economia goiana.

A nosso favor estão a estimativa de 5% de crescimento da economia brasileira, podendo Goiás alcançar 6%. O dinamismo do parque industrial goiano centra-se

em vários fatores, como boa situação nacional, aumento do mercado de empregos e da renda das famílias e, principalmente, no avanço acelerado de setores como o sucroalcooleiro, mineração/metalurgia, automobilismo e alimentos, este continuando como carro-chefe. No contexto de investimentos, destaque para os resultados dos incentivos fiscais, atraindo empresas e motivando a expansão e modernização de outras já existentes no território estadual. Graças ao Produzir, a partir de 2000 foram aprovados mais de 1.200 projetos de implantação e crescimento de

indústrias, dos quais dois terços ainda estão em providências para operação. Só nos primeiros 11 meses de 2007, a indústria goiana criou 55.943 novos empregos, representando incremento de 7,81% no estoque de empregados no setor formal, superando a média de 7% do País.

Exemplos mais animadores são ainda a perspectiva da mineração se tornar, em breve, um dos líderes de nossa base industrial; os novos projetos de destilarias que representam investimentos de R\$ 4 bilhões – com mais 22 usinas funcionando até 2010;

e a construção civil, que poderá lançar mais 120 edifícios, representando uma carteira de R\$ 1,2 bilhão. Em torno de alguns pólos – como Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Luziânia, Anápolis e Goiânia, consolida-se a extensão industrial, alterando para melhor o perfil econômico local, com a entrada de novas empresas e prestadores de serviços – de comunicação e informática, financeiros e bancários, de alimentação, de segurança e de limpeza, elevando os salários médios.

A Fieg sempre apostou em Goiás e nunca perdeu. ■

---

**“As limitações da infra-estrutura ameaçam Goiás, geograficamente situado no coração do Brasil, dela dependente para movimentação de cargas, sendo esta vital ao êxito da economia goiana”**

---

Haroldo Mattos de Lemos, professor de Engenharia Ambiental e coordenador do curso de pós-graduação em Gestão Ambiental da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

# Crescimento sustentável

*Na prática, como a indústria deve encarar o desenvolvimento sustentável e quais são as políticas que podem se enquadrar nesse conceito? Este foi o tema da palestra proferida pelo professor Haroldo Mattos de Lemos, engenheiro mecânico, mestre em engenharia sanitária pela Universidade Tecnológica de Delft, na Holanda, e presidente do Instituto Brasil Pnuma (Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), durante solenidade de entrega, na Casa da Indústria, da edição 2007 do Prêmio Goiás de Gestão Ambiental.*

**Goiás Industrial – Vários setores empresariais entendem o desenvolvimento de formas diversas. Sob a ótica da indústria, como se daria na prática e o que define esse conceito?**

**Haroldo Mattos de Lemos** – O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Brundtland, criada pelas Nações Unidas em 1983. A definição do conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela comissão foi de puro bom senso, que todos conhecem, mas muito vaga. Nesses termos, desenvolvimento sustentável é aquele que leva em conta as necessidades das gerações presentes, mas não impede que gerações futuras também possam fazer o mesmo. Essa definição ficou vaga de propósito. O que não se queria é que, ao colocar uma definição mais precisa, com algumas indicações do que seria necessário fazer, isso pudesse provocar um grande debate nessa grande conferência de 1992, dificultando a aceitação desse conceito pelos países. A estratégia deu certo, pois se olharmos a Rio 92 perceberemos que os 178 países participantes aprovaram a definição.

**Goiás Industrial – Quais foram os passos seguintes?**

**Lemos** – Vários setores da sociedade começaram a definir, a detalhar o desenvolvimento sustentável de acordo com seus próprios interesses.



**Mattos: pequenas e médias empresas ainda são consideradas como problema**

Por exemplo, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, formado por empresários do mundo inteiro, criado dois anos antes da Rio 92, definiu o conceito dentro do viés do setor empresarial. Nada contra. Mas o que vamos discutir é exatamente o que significa o desenvolvimento sustentável na prática.

**Goiás Industrial – E qual é o significado do termo?**

**Lemos** – Na minha opinião, e na de muitas pessoas que participam dessa área há muitos anos, temos três grandes desafios se queremos atingir o desenvolvimento sustentável de for-

ma séria. O primeiro grande desafio é o seguinte: temos que garantir a disponibilidade de recursos naturais que utilizamos todos os dias para transformar em bens e serviços necessários a nossa vida diária. O que isso significa? Todos os dias, na biosfera, estamos retirando da natureza recursos renováveis ou não renováveis e transformando-os – madeira, trigo, soja, petróleo, carvão, gás natural, água – em bens e serviços que precisamos para sobreviver. Isso significa alimentos, vestuário, transportes, bebidas. Surge aí o primeiro grande desafio. Não podemos permitir que haja escassez de recursos naturais estratégicos de forma a impedir que

as futuras gerações possam atender a suas próprias necessidades.

**Goiás Industrial – Dados recentes sugerem que o uso desses recursos já excede em algumas vezes a capacidade de reposição da biosfera.**

**Lemos** – É verdade. Quando falamos em recursos naturais, precisamos fazer distinção entre dois tipos. Na primeira categoria, estão os recursos naturais renováveis, como madeira e peixe, entre outros. Neste caso, é muito simples entender quando estamos na direção do desenvolvimento sustentável. Estaremos na direção correta se estivermos utilizando esses recursos respeitando a velocidade de sua renovação na natureza. No mundo todo e no Brasil estamos na direção sustentável no que diz respeito ao recurso madeira? Não, porque estamos cortando mais árvores do que plantamos. O Brasil apresenta facilidade enorme para o crescimento de árvores, mesmo assim, praticamente metade das necessidades anuais de madeira ainda é suprida pelo desmatamento de florestas nativas, o que é um absurdo.

**Goiás Industrial – Em relação aos recursos não renováveis, a situação é mais complicada?**

**Lemos** – Bom, temos que usar recursos não renováveis, o que inclui minério de ferro, alumínio, petróleo, carvão, gás natural, utilizados em automóveis, tratores, geladeiras. Como podemos saber se estamos na direção sustentável ou não, já que não temos como deixar de usar recursos não renováveis? A regra da sustentabilidade, neste caso, mostra que devemos usar os recursos em velocidade compatível com o desenvolvimento de tecnologias alternativas que permitam sua substituição por outro, quando começar a ficar escasso. O petróleo acaba daqui a 50 anos. Não há escapatória, mesmo com as novas descobertas que estamos fazendo. O que estamos fazendo? Estamos desenvolvendo energias alternativas, solar, eólica, biomassa – o que traz grandes oportunidades para o Brasil.

**Goiás Industrial – Quais seriam as perspectivas do Brasil nesse cenário?**

**Lemos** – O Brasil é um país abençoado nesse aspecto, pois está na faixa tropical do planeta e possui extensão de terra muito grande. Temos disponibilidade, água, clima, insolação suficiente para usar a biomassa como fonte de energia. O Brasil dispõe de espaço suficiente, para plantar sem desmatar. Não é possível aceitar o desmatamento de floresta nativa para produzir biodiesel. E nem precisa. Se soubermos usar essas áreas e planejarmos um bom zoneamento econômico e ecológico para delimitar quais são as áreas que se destinarão à produção de alimentos e à de biomassa para energia, de forma planejada, conseqüente e inteligente, poderemos usar esse potencial. Um exemplo mostra por que o Brasil é tão competitivo nessa área. Se plantarmos uma árvore de crescimento rápido, como o eucalipto, por exemplo, em seis anos já estará com 30 metros de altura e pronto para o corte. Até hoje, os maiores produtores de papel e celulose são Canadá, Finlândia, Suécia e Noruega. Nesses países, quando se planta uma árvore é preciso esperar 60 anos para obter o corte. Eles não têm como competir com o Brasil no item produção de biomassa. Temos que aprender a usar isso.

**Goiás Industrial – Na sua visão, essa vantagem tem sido utilizada adequadamente pelo País?**

**Lemos** – Não. Por quê? Acabei de mostrar que, ainda hoje, metade de nossas necessidades de madeira são supridas pelo desmatamento de florestas nativas. É um absurdo.

**Goiás Industrial – Qual seria o segundo grande desafio, na seqüência?**

**Lemos** – O segundo grande desafio está ligado também à questão da biosfera: toda vez que transformamos recursos naturais em bens e serviços, produzimos resíduos, que são jogados na natureza para que esta os absorva. O que está acontecendo, já há algum tempo, é que estamos jogando mais resíduos e poluição na biosfera do que ela consegue absorver.

**Goiás Industrial – Seria preciso adotar políticas mais eficientes de gestão de resíduos.**

**Lemos** – Exatamente. Sempre que a capacidade natural de depuração da biosfera é excedida, criam-se problemas. Um exemplo muito simples, o CO<sub>2</sub>. Estamos jogando CO<sub>2</sub> em quantidades muito maiores do que a atmosfera consegue absorver de volta pela fotossíntese. Qual o problema causado pela poluição atmosférica? A mudança climática. O terceiro desafio é justamente a questão social. Poucas pessoas se lembram, mas tivemos um grupo de cientistas, chamado Clube de Roma, que foi muito importante durante os anos 70, quando foram produzidos relatórios importantíssimos para a humanidade. O primeiro deles foi o Limites do Crescimento, de 1972, que mostrava claramente que se não tomássemos medidas apropriadas, por volta de 2050, o nível de recursos naturais estaria caindo muito perigosamente e começaríamos a ter dificuldades de produção de bens e serviços, com incontável mortalidade da população. Em 1976, um terceiro relatório incluiu questões sociais pela primeira vez. A conclusão a que chegaram foi a seguinte: naquela época, se comparássemos o Produto Interno Bruto (PIB) médio dos países ricos com o PIB médio dos países pobres ou em desenvolvimento, a relação seria de 13 para 1. Só que eles descobriram



**“Não podemos permitir que haja escassez de recursos naturais estratégicos de forma a impedir que as futuras gerações possam atender a suas próprias necessidades”**

que essa distância estava aumentando cada vez mais e cientistas chegaram à conclusão de que, se não conseguíssemos reduzir essa distância, no futuro, os problemas sociais seriam muito graves. Muito antes de esgotarmos os limites físicos de nossa biosfera ocorreriam graves convulsões sociais provocadas pelo enorme desnível entre ricos e pobres.

### **Goiás Industrial – Qual a situação atual?**

**Lemos** – A relação entre renda média dos ricos e pobres já passou de 20 para 1. Significa que a questão social no mundo hoje está muito mais grave do que era em 1976. Temos mais migrações clandestinas para dentro dos países ricos, o próprio terrorismo, ou uma parte dele, pode ser creditado à questão da pobreza. O terceiro desafio é justamente reduzir a pobreza em escala mundial.

### **Goiás Industrial – A informação disponível é de que a ajuda dos países mais ricos aos mais pobres está muito aquém do necessário e do que foi exigido em compromissos internacionais.**

**Lemos** – Durante a Rio 92, foi apresentada a Agenda 21, uma proposta de planejamento para que o mundo consiga chegar ao desenvolvimento sustentável. Implantar a Agenda 21 nos países em desenvolvimento iria custar muito dinheiro. Então, fez-se uma proposta na Rio 92 para que os países ricos ampliassem sua ajuda oficial ao desenvolvimento. Naquela época, o volume dessa ajuda correspondia a 0,33% do PIB e deveria ser aumentada para 0,7% do PIB dos países mais ricos. Esse percentual de 0,33% significava, então, aproximadamente US\$ 60 bilhões durante um ano. Dobrar para 0,7% significaria ter mais US\$ 60 bilhões adicionais disponíveis.

### **Goiás Industrial – Essa ajuda está em que níveis, atualmente?**

**Lemos** – No ano seguinte, em 1993, a ajuda reduziu-se para 0,29%. E até hoje não passou de 0,35%.

### **Goiás Industrial – Qual o papel da indústria nesse processo e qual deveria ser a atuação ideal do setor em direção ao desenvolvimento sustentável?**

**Lemos** – Desde a metade dos anos 80, as indústrias começaram a procurar melhorar o seu desempenho ambiental, mesmo antes da Rio 92, portanto. As indústrias, nos anos 60 e 70, praticamente não tinham nenhum aparelho para reduzir a poluição. O máximo que se fazia era diluir a poluição, com uso de chaminés altíssimas, por exemplo. Durante os anos 70 e início dos 80, pressionadas pelos governos e como começou a aparecer uma legislação ambiental, que criava padrões máximos de emissão,



**“Países do Hemisfério Norte têm que esperar 60 anos para poder cortar uma árvore. Eles não têm como competir com o Brasil no item produção de biomassa. Temos que aprender a usar isso”**

as indústrias começaram a instalar equipamentos de controle no final do processo, como filtros, por exemplo. A indústria não mexia em seu processo de produção. Pura e simplesmente, instalava um equipamento na ponta. O que acontecia com sua competitividade, já que filtros, por exemplo, são caros, exigem a contratação de pessoal para manutenção, criando uma despesa adicional muito grande para um mesmo volume de produção? As empresas perdiam competitividade.

### **Goiás Industrial – Houve uma evolução depois disso?**

**Lemos** – Evoluiu muito. No seguinte sentido: a partir do início dos anos 80, num processo iniciado nos países mais desenvolvidos, as grandes empresas começaram a perceber que, ao invés de continuar produzindo da mesma maneira para depois tentar limpar a sujeira no final, era muito mais inteligente olhar para o processo de produção e avaliar como seria possível mudá-lo de tal forma a produzir

a mesma coisa gerando menos sujeira. Isso eles conseguiram. Novas metodologias permitiram que as empresas produzissem a mesma coisa, gastando menos energia, menos água, menos matéria-prima, porque passaram a ter menos desperdício – poluição é desperdício, você está jogando fora alguma coisa que comprou como matéria-prima –, e gerando menos resíduos para serem tratados. Se você consegue isso, o custo de seu produto cai, claro. As empresas descobriram que tratar do meio ambiente de forma adequada dá lucro. Hoje, encontramos no Brasil e no mundo inteiro empresas que têm um desempenho ambiental muito superior ao que a lei exige. Por quê? Porque estão ganhando dinheiro com isso.

### **Goiás Industrial – O senhor pode lembrar alguns exemplos que possam situar concretamente essa mudança de atitude?**

**Lemos** – Vou dar um exemplo muito simples. A indústria da construção civil brasileira, há 10, 15 anos, a cada tonelada de matéria-prima que entrava na obra, 300 quilos eram jogados fora como lixo. Aqueles 300 quilos eram matérias-primas que você tinha comprado no dia anterior. Na mesma época, no Japão, a cada mil quilos de materiais que entravam na obra, apenas 16 quilos eram jogados fora. Mas por quê? Porque planejavam melhor a obra. O projetista japonês, quando ia desenhar o tamanho da parede de um banheiro, já considerava o tamanho do azulejo de forma que não fosse preciso cortar o material durante a construção. A indústria brasileira já acordou para isso. Estão aplicando processos de produção mais limpos e lucrando com isso, porque estão reduzindo o desperdício.

### **Goiás Industrial – Essa mudança já alcança grande número de empresas?**

**Lemos** – Não são todas as indústrias. Estamos falando de grandes indústrias. Pequenas e médias são o grande problema. Elas ainda entendem a questão ambiental como sendo custo e não como investimento. A maioria das grandes empresas já adotou sistema de produção mais limpa, sistemas de gestão ambiental. Existe esse desnível que se está tentando corrigir com programas das federações da indústria, do Sebrae. Neste momento, está acontecendo uma coisa muito interessante que é o que chamamos de responsabilidade pela cadeia produtiva. Grandes empresas começam a pressionar seus fornecedores para que eles também adotem essas medidas.

### **Goiás Industrial – De que forma?**

**Lemos** – Vamos supor a General Motors. A fábrica dela em São José dos Campos (SP) tem ISO 14001, sistema de gestão ambiental. Será que a GM pode lá na Europa, onde vende carros fabricados no Brasil, dizer para o consumidor europeu que os carros dela são feitos com o maior cuidado ambiental? Não. Porque ela compra muita peça de fornecedores e monta. Embora a fábrica esteja certificada pelo ISO 14001, o processo como um todo não está. Então essas empresas, aqui no Brasil e no mundo, estão começando a pressionar seus fornecedores para que também se certifiquem e adotem práticas ambientais corretas.

### **Goiás Industrial – Qual o interesse de uma GM em obrigar seu fornecedor a ter um certificado ambiental, por exemplo?**

**Lemos** – O interesse é o seguinte: o poder do consumidor é cada vez mais alto, principalmente nos países mais ricos. Na Europa, se um concorrente leva o vídeo de um fornecedor qualquer que faz uma sujeira enorme em seu processo de produção, o consumidor deixa de comprar. Cada vez mais, no mercado internacional, essa é uma exigência e isso é bom. Tratar de meio ambiente hoje já não é mais

custo, é um bom investimento se você souber como tratar.

### **Goiás Industrial – O gasto ambiental, portanto, deveria ser alocado na conta de investimento e como ganho potencial de mercado e de margens de rentabilidade?**

**Lemos** – Quando você tem uma empresa que tem um processo de produção antigo, você faz um investimento e tem um retorno. A Aracruz Celulose, antes Riocell, contratou o pessoal da produção mais limpa. A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul implantou, em 1995, o Centro Nacional de Tecnologias Limpas, com a ajuda do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A equipe reparou que, em determinadas fases do processo de produção, a Aracruz desperdiçava fibras de madeira, que se transformavam em efluentes. Foi adotada uma série de pequenas medidas, num investimento de R\$ 33 mil, e o resultado foi um aumento na

ropa e nos Estados Unidos e que está chegando cada vez mais forte no Brasil, que é a de melhoria nos processos dos produtos.

### **Goiás Industrial – Isso significa projetar produtos com maior eficiência energética e mais eficientes também no uso de matérias-primas?**

**Lemos** – Exatamente. Significa projetar produtos que desempenham a mesma função usando menos matéria-prima e que, durante sua vida útil, utilizem menos energia para executar aquela função. O eco-design é uma tendência muito forte na indústria. Ficou faltando a questão social. Aí é que surgiu o conceito de responsabilidade social corporativa.

### **Goiás Industrial – Como esse conceito deve ser entendido pela indústria?**

**Lemos** – Essa é uma discussão muito grande também. Houve um



**“A responsabilidade social entrou para substituir a filantropia, exigindo que as empresas continuem ajudando as comunidades, mas de forma planejada”**

produção de celulose, com a mesma quantidade de madeira, já que o processo deixou de desperdiçar fibras de madeira, o efluente ficou mais leve para ser tratado, claro, porque passou a ter menos matéria orgânica. O ganho anual deles está calculado em R\$ 1 milhão. Vou dar outro exemplo. A Metal Leve implantou, a partir de 1990, sistema de gestão ambiental em todas as suas unidades. Estão tendo um lucro anual também de R\$ 1 milhão. Não dá para jogar fora R\$ 1 milhão.

### **Goiás Industrial – O que virá daqui para frente?**

**Lemos** – A primeira fase, no começo dos anos 80, foi a melhoria dos processos de produção. Hoje, estamos numa segunda fase, muito forte na Eu-

exagero muito grande nesses últimos anos e até uma tentativa de exploração grande das empresas. Chegou-se à conclusão, já há algum tempo, embora a responsabilidade primária pela redução da pobreza seja dos governos, que os governos sozinhos não dariam conta do recado, principalmente nos países em desenvolvimento. Perguntasse, então, se as empresas não podem ajudar? Elas podem e devem ajudar. Aí surgiu o conceito de responsabilidade social corporativa. Há muitos anos que as indústrias já ajudam a sociedade, mas era o que chamávamos de filantropia empresarial. A responsabilidade social entrou para substituir a filantropia, exigindo que as empresas continuem ajudando as comunidades, mas de forma planejada. ■

**SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG**

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia - GO, CEP 74043-010

**SIAEG**

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás  
 Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel  
 Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

**SIEEG**

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal  
 Presidente: Nelson Pereira dos Reis  
 Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092  
 sieeg@sistemafieg.org.br

**SIGEGO**

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás  
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida  
 Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062  
 sigego@sistemafieg.org.br

**SIMELGO**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás  
 Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira  
 Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

**SIMPLAGO**

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás  
 Presidente: Mário Drummond Diniz  
 Fone (62) 3229-2427/Fax 3224-5405  
 simplago@sistemafieg.org.br

**SIMAGRAN**

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás  
 Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva  
 Fone/Fax (62) 3223-6667

**SINCAFÉ**

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás  
 Presidente: Sávio Cruvinel Câmara  
 Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249  
 sincafe@sistemafieg.org.br

**SINDAGO**

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás  
 Presidente: Carlos Alberto Diniz  
 Fone/Fax (62) 3223-6667

**SINDIALF**

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás  
 Presidente: Daniel Viana  
 Fone (62) 3223-2050

**SINDIBRITA**

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF  
 Presidente: Fábio Rassi  
 Fone/Fax (62) 3223-6667  
 sindibrita@sistemafieg.org.br

**SINDICALCE**

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás  
 Presidente: Flávio Ferrari  
 Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402  
 sindicalce@sistemafieg.org.br

**SINDICARNE**

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal  
 Presidente: José Magno Pato  
 Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521  
 sindicarne@sistemafieg.org.br

**SINDICURTUME**

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás  
 Presidente: João Essado  
 Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970  
 sindicurti@uol.com.br

**SINDIGESSO**

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás  
 Presidente: José Luiz Martin Abuli  
 Fone (62) 3225-7888  
 sindigesso@sistemafieg.org.br

**SINDILEITE**

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás  
 Presidente: César Helou  
 Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885  
 sinleite@terra.com.br

**SINDIPÃO**

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás  
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida  
 Telefax (62) 3225-1016  
 sindipao@sistemafieg.org.br

**SINDIREPA**

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás  
 Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior  
 Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

**SINDMÓVEIS**

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás  
 Presidente: Manoel Paulino Barbosa  
 Fone/Fax (62) 3224-7296  
 sindmoveis@sistemafieg.org.br

**SINDTRIGO**

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste  
 Presidente: André Lavor Pagels Barbosa  
 Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

**SININCEG**

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás  
 Presidente: José Antônio Vitti  
 Fone/Fax (62) 3223-6667  
 sininceg@sistemafieg.org.br

**SINPROCIM**

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás  
 Presidente: Marley Antônio da Rocha  
 Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338  
 siaoc@sistemafieg.org.br

**SINDQUÍMICA**

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás  
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani  
 Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074  
 sinquifar@sistemafieg.org.br

**SINVEST**

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás  
 Presidente: José Divino Arruda  
 Fone/Fax (62) 3225-8933  
 sinvest@sistemafieg.org.br

**SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS****SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás  
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira  
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO  
 Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

**SIFAÇÚCAR**

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás  
 Presidente: Segundo Braoios Martinez  
 Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha  
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

**SIFAEG**

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás  
 Presidente: Segundo Braoios Martinez  
 Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha  
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

**SIMESGO**

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano  
 Presidente: Wellington Soares Carrijo  
 Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO  
 Fone/Fax (64) 3613-4810

**SINROUPAS**

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia  
 Presidente: Frederico Martins Evangelista  
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO  
 Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

**SINDUSCON-GO**

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás  
 Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes  
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO  
 Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177  
 contato@sinduscongoias.com.br

**SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS**

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO  
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 e 3311-5565  
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

**SIAA**

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis  
 Presidente: Wilson de Oliveira

**SICMA**

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis  
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

**SIMEA**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis  
 Presidente: Elton de Teles Campos

**SINDICER**

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás  
 Presidente: Laerte Simão

**SIVA**

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis  
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

# O presidente do ano

*Escolhido pela revista Euromoney como o melhor dirigente de Banco Central, Meirelles recebe homenagem do Fórum Empresarial*

**E**leito o presidente de Banco Central de 2007 pela prestigiada revista britânica Euromoney, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central do Brasil desde janeiro de 2003, foi homenageado pelo Fórum Empresarial durante solenidade realizada no salão de eventos do Clube Ferreira Pacheco. Praticamente seis centenas de empresários, executivos, secretários de Estado e políticos, além do governador Alcides Rodrigues (PP), participaram da solenidade.

A alta direção do fórum esteve representada pelos presidentes da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, anfitrião do evento; da Fecomércio, José Evaristo dos Santos; da Adial, Alberto Borges de Souza; da Facieg, Deocleciano Moreira Alves; da FCDL, Agenor Braga; da Acieg, Pedro Bittar, além do representante da Faeg, Oswaldo Guimarães. Eram exatamente 22h05 quando eles entregaram a placa a Meirelles, “um goiano que, com competência, conquistou espaço no cenário econômico internacional”, nas palavras do presidente da Fieg.

Ao comentar a homenagem, Paulo Afonso ressaltou o trabalho desenvolvido por Meirelles, goiano nascido em Anápolis e ex-presidente mundial do então BankBoston, cargo exercido antes de assumir o comando do BC. “Os resultados estão aí e demonstram a competência e a seriedade com que tem sido presidido o Banco Central”, reafirmou Paulo Afonso.

Meirelles, que brindou os participantes do jantar em sua homenagem com a palestra O Momento da



**Placa especial: o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, foi homenageado pelo Fórum Empresarial**

Economia Brasileira e sua Relação com o Mundo e Goiás, destacou, em curta entrevista à imprensa, o caráter especial da solenidade, “algo que toca profundamente o coração”, exatamente por acontecer em Goiás. Segundo ele, “este é um momento muito importante para o Brasil”, já que “a economia vai muito bem e atravessa período historicamente positivo”, engrenando o 22º trimestre consecutivo de crescimento.

Durante a palestra, Meirelles reafirmou a estabilidade econômica alcançada pelo País, indicando que a fase de crises intermitentes, provocadas pela excessiva vulnerabilidade externa da economia, teria sido deixada definitivamente para trás. As reservas internacionais àquela altura, de acordo com o presidente do BC, já atingiam a casa de US\$ 176 bilhões, representando pouco mais de 90% da dívida externa total, que havia alcançado em outubro passado US\$ 194,6 bilhões.

“A grande mudança veio da previsibilidade, o que ampliou nossa capacidade de planejar ações para o longo prazo e de avaliar projetos de investimento com maior segurança”, comentou, provocando os empresários presentes a incrementar seus investimentos, tomando carona no bom momento da economia. Em seguida, lembrou que o investimento em máquinas e equipamentos vinha crescendo em 2007 a taxas de 14%, bastante superior ao ritmo da economia em geral, o que, em tese, tenderia a assegurar a ampliação da capacidade futura de crescimento do País. Numa provocação a seus críticos, Meirelles não deixou de anotar que o “céu de brigadeiro (ou seja, a estabilidade recém-conquistada) não é importado (não foi produzido apenas pela boa evolução, até então, da economia global), mas criado aqui dentro, como resultado de um trabalho duro.” ■

# Sinal de alerta

*Indústria teme que novas exigências ambientais possam afetar a capacidade do setor de competir por mercados aqui dentro e no exterior*

**F**oram horas de trabalho, discussões detalhadas e levantamento de informações para desenhar a estrutura final da versão 2007 da Agenda Legislativa da Indústria Goiana, agora em sua terceira edição. Grupos de técnicos e empresários debruçaram-se sobre mais de cem projetos de lei em tramitação na Assembléia Legislativa de Goiás, dos quais em torno de 60 foram selecionados por afetar interesses do setor, de uma forma ou de outra.

A partir daí, a série de projetos que resultou dessa depuração inicial foi discutida pelos conselhos temáticos da Federação das

Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e submetida a presidentes de sindicatos setoriais, executivos e donos de empresas industriais em todo o Estado. Desse esforço, resultaram 44 projetos considerados críticos em virtude de seu grau de importância ou da capacidade de interferência no ambiente de negócios, na economia de maneira mais geral e no dia-a-dia dos cidadãos de forma mais ampla.

Definidos 44 projetos, foram analisados detalhadamente um a um, no documento entregue pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, ao presidente da Assembléia, deputado Jardel Sebba

(PSDB), durante solenidade realizada ao final da primeira semana de dezembro. “A Agenda Legislativa é um instrumento criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para defender, de forma legítima, sistemática e transparente, os anseios do setor produtivo e contribuir para o aperfeiçoamento da legislação brasileira”, define Paulo Afonso, na apresentação do documento.

Sebba recebeu a agenda como uma contribuição ao debate democrático de projetos que tenderão, se aprovados, a influenciar os rumos futuros das empresas e de toda a sociedade. “Não se trata de



**Diálogo: o vice-governador Ademir Menezes e o presidente da Assembléia, Jardel Sebba, recebem agenda entregue por Paulo Afonso**

uma interferência indevida, mas do estabelecimento de uma relação harmoniosa, de mútuo respeito. A Assembléia se propõe a assumir essa parceria com a Fieg”, disse o seu presidente, reforçando que “não há pontos de divergência entre os dois lados”.

Segundo Paulo Afonso, não se trata de defender exclusivamente os interesses mais imediatos da indústria, “mas de buscar transformá-la (a agenda) em instrumento eficaz de aumento da competitividade da economia goiana.” Ainda conforme o presidente da Fieg, dentre os 44 projetos, 14 tratam de assuntos ambientais – dos quais 9 receberam a oposição da instituição e 5, o apoio com ressalvas.

Num balanço mais geral, a Fieg apresenta divergências em relação a 57% dos projetos (25), concorda em parte com outros 34% (15) e apóia integralmente 9% deles (4). Ao detalhar os princípios centrais que serviram de base para a avaliação de todos os projetos, o coordenador técnico da Fieg, Wellington da Silva Vieira, destacou, além da defesa da livre iniciativa, o combate a qualquer tentativa de aumento da carga tributária e da burocracia, insistindo ainda na defesa das empresas perante a ação de organismos estatais e na valorização do desenvolvimento sustentável e dos interesses da sociedade em geral.

Os focos escolhidos pela agenda, que deverão merecer acompanhamento mais próximo e ampla articulação entre empresariado e classe política ao longo deste ano, dizem respeito a questões ambientais e institucionais, temas de natureza econômica e tributária, responsabilidade social, desenvolvimento e inovação



**Vieira: combate a aumentos de impostos e à burocracia**

tecnológica, infra-estrutura, assuntos de interesse do agronegócio e relações trabalhistas.

Na área tributária, a Fieg opõe-se, por exemplo, ao projeto da deputada Isaura Lemos (PDT), que obriga empresas beneficiadas por incentivos fiscais a preservarem o nível de emprego, eximindo-se de “demissões exorbitantes e sem justa motivação”, fixando a destinação mandatória de 5% dos incentivos recebidos a programas de qualificação profissional. A proposta, avalia a agenda, “se mostra inoportuna, já que a Lei do Produzir trata da questão de forma harmoniosa”.

No setor de infra-estrutura, a federação apóia com ressalvas a proposta do deputado Thiago Cardoso (PMDB), que cria normas para que a administração pública, na execução direta ou indireta de obras de pavimentação, utilize produtos reciclados “oriundos de resíduos sólidos da construção civil”. Mas critica o projeto do deputado Túlio Isaac (PSDB), que torna obrigatória a instalação de medidores individuais de consumo de água em condomínios.

As questões ambientais, con-

sideradas críticas pela Fieg, diante do risco de conseqüências negativas para a atividade econômica e para a competitividade da indústria, receberão atenção especial no transcorrer do próximo ano legislativo. “Será preciso harmonizar as necessidades da sociedade e as exigências de preservação ambiental”, sustenta Paulo Afonso.

Na relação de 14 projetos em tramitação na Assembléia, que buscam regular aquelas questões, a Fieg tentará rechaçar, entre outros, o projeto do deputado Evandro Magal (PSDB), que obriga empresas produtoras e distribuidoras de bebidas, que utilizem garrafas plásticas e PET, a elaborar programas de reciclagem, providenciando destinação final “ambientalmente adequada” às embalagens, “sem causar poluição nem danos ao meio ambiente”. Na avaliação da agenda, “o projeto representa ingerência à livre iniciativa”.

Em contrapartida, a federação propõe o desenvolvimento de projetos de conscientização e educação da sociedade. “A classe empresarial”, comunica a agenda, “se coloca à disposição do poder público para discutir qual seria a

melhor destinação final desse produto, assim como poderia ser discutida a inclusão de outros tipos de vasilhames plásticos.”

A agenda, na mesma linha, também apresenta divergências em relação aos projetos que proíbem o uso de embalagens plásticas convencionais, obrigando sua substituição por variedades de plástico biodegradáveis, e ao que determina que empresas fabricantes de bebidas mantenham postos de coleta de garrafas usadas, responsabilizando-se pela destinação final de plásticos e vidros não retornáveis por meio de cooperativas de reciclagem.

Ainda na visão da Fieg, não deveria ser aprovado o projeto do deputado Honor Cruvinel (PSDB), que institui sistema de garantias reais em processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de danos significativos ao meio ambiente ou à saúde pública. Ao longo do processo, as empresas investidoras teriam que constituir hipoteca ou penhor em valor equivalente “aos custos presumidamente necessários” à reparação

**Contribuição ao debate: documento analisa 44 projetos em tramitação na Assembléia**



do dano. “Já existe legislação vigente sobre esse assunto. Além do mais, esse projeto de lei, se aprovado, oneraria injustamente os custos da atividade empresarial, inclusive recaindo sobre o patrimônio das empresas obrigação de garantir o licenciamento ambiental, o que consiste em ônus demasiadamente abusivo.”

No setor do agronegócio, as divergências dizem respeito, especialmente, aos projetos que determinam a rotulagem de produtos transgênicos no Estado e fixam critérios mais rigorosos para a pulverização de agrotóxicos em áreas de lavoura. No primeiro caso, a Fieg argumenta que já existe legislação federal para tratar da questão da rotulagem de produtos que contenham organismos geneticamente modificados.

No segundo, a discordância atinge a proibição de pulverizações em áreas a menos de dois quilômetros do perímetro urbano e de represas ou cursos d’água utilizados no abastecimento de cidades. O lançamento de agrotóxico, da mesma forma, deveria respeitar distância mínima de 300 metros de rios, lagos, riachos e outros mananciais. A agenda considera que já existe legislação sobre o assunto. “Além do mais, o projeto se apresenta de forma bastante restritiva, consistindo em retrocesso e não em avanço para a atividade produtiva.” ■



**Debates: analistas e empresários discutem temas para negociação com a Assembléia Legislativa**

# É limpo e dá lucro

*A redução da geração de resíduos e seu reaproveitamento no processo permitem reduzir custos e aumentar a competitividade da indústria*

**T**rês casos exemplares, que acabam de merecer o Prêmio Goiás de Gestão Ambiental 2007, mostram como e por que políticas ambientais podem ser uma ferramenta importante na corrida do setor industrial para conseguir ampliar sua capacidade de competir por espaços no mercado. O investimento no setor permite reduzir a geração de resíduos, com melhor aproveitamento de matérias-primas e insumos essenciais, como a água, por exemplo, o que se traduz em maior eficiência produtiva, com custos mais baixos.

Grande vencedora do ano, a Sama S.A. – Minerações Associadas concluiu, entre 2005 e 2007, um investimento de aproximadamente R\$ 2,34 milhões em uma série de projetos ambientais que incluem desde o aproveitamento mais eficiente do calor gerado nos fornos de secagem e de gestão do consumo de energia, evitando ultrapassar a demanda contratada, até o uso de sebo como substituto do óleo combustível para secar o minério. Entre outros, os recursos definidos pela empresa contemplam, ainda, um processo contínuo de revegetação das bancas de material estéril e rejeitos da mina de Cana Brava, em Minaçu, no Norte goiano, onde a empresa produz em torno de 250 mil a 255 mil toneladas de amianto por ano.

A Sama igualmente reapro-



**Rubens Rela Filho e José de Paula Moraes Filho, secretário de Meio Ambiente: Sama recebe grande prêmio como destaque ambiental em 2007**

veita a água tratada em sua estação de esgoto para umidificar os rejeitos gerados na extração e processamento do amianto, além de preservar uma reserva natural de quase 4 mil hectares na Serra de Cana Brava. “Há três décadas buscamos melhores desenvolvimentos ambientais. Nossa política é sempre fazer mais do que a legislação exige”, declara Rubens Rela Filho, diretor-geral da Sama. O principal desafio imposto à mineradora está na crescente rejeição mundial à fibra de

amianto, material que, inalado em dosagem superior a determinados limites, por tempo prolongado, pode levar ao desenvolvimento de doenças pulmonares (asbestose) e até câncer.

**Acordo trabalhista** – A legislação que disciplina extração, industrialização, usos e manuseio do amianto limita a presença do minério no material em suspensão nas minas a no máximo duas fibras por centímetro cúbico, além de exigir a checka-

gem dos índices de contaminação duas vezes ao ano. Num acordo com o sindicato de trabalhadores, prossegue Relá, essa verificação é feita mensalmente em Cana Brava, a partir de cem postos de coleta instalados dentro da mina, em locais escolhidos pela maioria dos quase 790 funcionários (540 empregados diretos e 250 indiretos).

O acordo com o sindicato, acrescenta o diretor-geral da Sama, determina ainda um limite máximo de 0,2 fibras por centímetro cúbico. “No ano passado, tivemos 100% dos pontos de medição abaixo de 0,1 fibra por centímetro cúbico”, comemora Relá, para quem a mineradora tem redobrado esforços desde os anos de 1980 para alcançar avan-

ços que considera expressivos na área ambiental.

O solo, o lençol freático e o ar, mesmo fora da área da mina, também são monitorados com frequência pela empresa, que instalou mecanismos de monitoramento também nos filtros instalados nas chaminés de sua unidade, a única mina de amianto do País. No entorno da fábrica, a presença de fibras no ar, afirma Relá, limita-se a 0,00055 por centímetro cúbico, segundo medições mais recentes.

Depois de realizar uma série de estudos epidemiológicos com ex-trabalhadores na indústria de amianto e sobre a biopersistência e toxicidade da fibra, em associação com universidades de renome e especialistas no setor,

a Sama patrocina, juntamente com a Universidade de São Paulo e o Incor, pesquisa de saúde pública com moradores há mais de 15 anos em domicílios com telhas de amianto sem forração. O trabalho tem prazo de conclusão previsto para março de 2009 e cobrirá cinco capitais – São Paulo, Goiânia, Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

**Telhas e caixas d’água** – A Eternit, controladora da Sama, trilha os mesmos passos. A fábrica em Goiânia, que se prepara para inaugurar em abril sua nova linha de produção, num investimento de R\$ 15 milhões, segundo seu presidente, Hélio Martins, adota um sistema de gestão ambiental com atuação



Francisco Tino Júnior (esq.): tripla certificação para a unidade de Niquelândia da Anglo American

nos vários setores da unidade. Em fase de montagem, a nova linha ampliará a capacidade do grupo em todo o País em mais de 18%, acrescentando 120 mil às 650 mil toneladas de produtos fabricados anualmente, gerando 40 empregos em quatro turnos.

Na área ambiental, detalha William Martins de Mesquita, coordenador de Recursos Humanos da Eternit em Goiânia, a empresa sustenta um projeto interno de coleta seletiva e destinação final de resíduos chamado Reciclanit. Um dos objetivos é reduzir a geração de resíduos, o que significa gastos menores para tratar e acomodar adequadamente esses mesmos resíduos. O sistema, descreve Mesquita, opera praticamente em regime de circuito fechado, o que significa que muito pouca coisa das matérias-primas e



**Hélio Martins: projeto de expansão da Eternit será inaugurado em abril**

insumos utilizados no processo de produção retorna ao meio ambiente.

No caso de resíduos líquidos, por exemplo, relata, a empresa mantém, desde o início de suas operações no Estado, uma

estação de tratamento que permite reaproveitar a água na irrigação das árvores mantidas pela Associação Recreativa dos Colaboradores da Eternit em Goiás (Arcego). A empresa bancou o replantio de mais de mil mudas de espécies típicas do Cerrado nas matas que circundam a Acergo, numa área próxima à fábrica.

Sistemas de captação de chuvas, reforçados por poços artesianos, abastecem o processo industrial, que exige 150 mil litros por dia. Perto de 70% da água consumida na produção de telhas e caixas d'água de fibrocimento é reutilizada. Os 30% restantes são absorvidos pelas telhas.

Os rejeitos sólidos, gerados no processo de produção, também são reaproveitados, evitando desperdício. Restos de telhas quebradas são moídos em equipamentos próprios, retornando ao processo de forma contínua.

## O grande desafio

O Prêmio Goiás de Gestão Ambiental é uma iniciativa conjunta da Fieg, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Agência Ambiental, Secretaria de Indústria e Comércio, Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas de Goiás (Sebrae-GO) e Associação Goiana de Imprensa (AGI). A preocupação crescente das empresas com essa questão, revela o empresário Henrique Morg, que preside o Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, reflete também a crescente cobrança do mercado por práticas

ecologicamente adequadas e a exigência de produtos ambientalmente corretos pelo consumidor.

“A natureza não foi feita para ser venerada. É certo que temos de ter reservas (ambientais). O grande desafio atual é associar a preservação e exploração do meio ambiente, minimizando os efeitos da transformação da natureza”, declarou Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg. Em sua opinião, há uma “escala ascendente na conscientização empresarial” em relação ao tema, assim como se observa uma escalada das pressões internacionais de concorrentes mais interes-

sados em minar a competitividade da economia brasileira em áreas específicas.

“A decisão (nessa área) precisa ser nossa, não podemos aceitar interferência externa”, ressaltou Paulo Afonso. O presidente da Fieg lembrou o caso do amianto banido em vários mercados fora do País, segundo ele, muito mais em função de disputas comerciais. “Criaram, lá fora, um produto alternativo (ao amianto), mais caro, e querem impedir que aproveitemos nossa competência produtiva”, declara.



**Henrique Morg: mercado cobra práticas ambientalmente corretas de produção**

Isso significa menor custo para a empresa e otimização no consumo de energia, lembra Mesquita. A Eternit foi a primeira colocada na categoria Atividade Industrial de Grande Porte no Prêmio Goiás de Gestão Ambiental 2007.

**Menos resíduos** – Segunda colocada na categoria Atividade de Mineração, logo atrás da Sama, a Anglo American Brasil opera um sistema de gestão integrada na unidade de Niquelândia, com tripla certificação com base nas normas ISO 9001 (gestão da qualidade) desde 1995, ISO 14001 (gestão ambiental), a partir de 2003, e OHSAS 18001 (gestão de segurança e saúde ocupacional), obtida em 2004. “Mais do que o retorno econômico assegurado por esse investimento, o impacto ambiental alcançado ganha maior relevância”, comenta Francisco Tino Júnior, gerente de Qualidade, Segurança e Meio Ambiente da Anglo.

O sistema, que tem orça-

mento anual na casa de US\$ 600 mil, permite a gestão e monitoramento de efluentes, abriga um programa de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos e o controle das emissões atmosféricas, de forma a atender às exigências da legislação ambiental em vigor. “Desde 2003, alcançamos uma redução em torno de 20% na geração de resíduos”, informa Tino Júnior.

Enquanto os resíduos orgânicos são mantidos em aterros controlados, de forma a evitar a contaminação do meio ambiente, restos de papel e papelão são coletados e destinados ao Hospital do Câncer, em Goiânia. Lâmpadas fluorescentes descartadas são transferidas para a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), com frete pago pela Anglo. A Abiquim se encarrega de fazer a reciclagem do material. Sucatas metálicas, vidros, embalagens PET, pilhas e baterias são igualmente recolhidos e destinados à reciclagem. ■

## Projetos vencedores

Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos

1º lugar – Prefeitura de Chapadão do Céu

Atividades agrosilvipastoris

1º lugar – Goiás – Goiatuba Álcool

Atividade industrial de grande porte

1º lugar – Eternit S.A.

2º lugar – Ambev – Goiânia

3º lugar – Halex Istar

Atividade de mineração

1º lugar – Sama S/A

2º lugar – Anglo American Brasil

3º lugar – Mineração Serra Grande S.A.

Atividade alimentícia

1º lugar – Caramuru Alimentos

2º lugar – Unilever Brasil Alimentos

3º lugar – Ambev – filial Cebrasa

Atividade industrial de médio porte

1º lugar – Dpam Brasil

2º lugar – Coming

3º lugar – EBM Incorporações

Atividade industrial de pequeno porte

1º lugar – Centrocouro Inhumas

Comércio e prestação de serviços

1º lugar – Companhia Thermas do Rio Quente

2º lugar – Belcar Caminhões e Máquinas

3º lugar – Vivo S.A.

Educação ambiental

1º lugar – Ecodata

2º lugar – Roch Design

3º lugar – Cia. Thermas do Rio Quente

Educação ambiental – Instituição de ensino

1º lugar – Ubbe – Aprendizado Marista Padre Lancísio

2º lugar – Instituto Samuel Graham

3º lugar – Classe Sistema de Ensino

Comunicação ambiental

1º lugar – Ecodata

2º lugar – Trilhas do Brasil

3º lugar – Time Propaganda

Grande prêmio 2007

Sama – Mineração de Amianto

Menção honrosa

Belcar Caminhões e Máquinas

# Ajustes no Supersimples

*Fórum Empresarial defende medidas para que micro e pequenas empresas goianas possam receber integralmente as vantagens da lei federal*

**A**s pequenas e microempresas goianas ainda aguardam a confirmação de um encontro com o governo do Estado para definir os ajustes reclamados na legislação tributária estadual, de forma a adequá-la à Lei Geral da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

No final de novembro, em audiência pública promovida pela Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa do Congresso Nacional e pela Frente Parlamentar Goiana da Micro e Pequena Empresa, lançada na ocasião pelo deputado estadual Hélio de Souza (DEM), o Fórum das Entidades Empresariais de Goiás entregou ao secretário extraordinário Roberto Balestra, representante do governador Alcides Rodrigues, documento com propostas para aperfeiçoar o tratamento tributário dispensado ao segmento no Estado.

O encontro resultou de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), por meio do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa, presidido pelo empresário Humberto Rodrigues Oliveira, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), além do próprio Fórum Empresarial.

O documento resume em seis pontos as principais reivindicações do setor, que responde, em todo o País, por 57,2% dos empre-



**Reivindicações: Agenor Braga, José Evaristo, Humberto Rodrigues e Paulo Afonso entregam documento ao secretário extraordinário Roberto Balestra**

gos formais, 26% da massa salarial e um quinto do Produto Interno Bruto (PIB). Em Goiás, conforme o Cadastro Central de Empresas, nada menos do que 175.615 estabelecimentos formais são classificados como micro e pequenos negócios. Os ajustes pretendem contemplar as empresas do segmento, “de forma ampla e irrestrita”, com os benefícios criados desde a implantação, em junho do ano passado, do Sistema Simples Nacional, chamado de Supersimples. A formalização do sistema, relata o documento enviado ao governo, “gerou uma situação inusitada, como a revogação da Lei Estadual nº 13.270/98, elevando a carga tributária imputada ao segmento”.

**Carga pesada** – Aquela lei havia criado um regime tributário diferenciado para empresas de pequeno porte no Estado, com faixas de alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) mais baixas e fórmulas especiais para apuração do imposto devido, reduzindo a carga final sobre o setor. A revogação da lei, segundo o presidente da Federação do Comércio de Goiás (Fecomércio), José Evaristo dos Santos, significou aumentar o ICMS de 12% para 17%, além de alterar a base de cálculo do imposto, que passou a considerar preços de mercado. Até então, a tributação ocorria sobre uma base equivalente a 30% do Índice de Valor Agregado (IVA), resultando em menor tributação para o setor.

O Fórum Empresarial defende a implementação do Comitê Gestor Estadual de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cuja criação havia sido definida ainda em março de 2007 pelo governo; a ampliação do limite de enquadramento, determinado pela receita bruta anual, de R\$ 1,8 milhão para R\$ 2,4 milhões, a exemplo do sistema que já vigora no Distrito Federal; articulação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) de um sistema que permita regulamentar a transferência de créditos tributários do ICMS nas transações entre médias e grandes empresas com estabelecimentos de micro e pequeno porte enquadradas no Supersimples; isenção de ICMS para microempresas com receita bruta de até R\$ 360 mil anuais; a criação de condições diferenciadas e privilegiadas para micro e pequenas empresas nas compras governamentais; e destinação mínima de 20% dos recursos previstos para pesquisa, desenvolvimento e inovação a micro e pequenas empresas, garantida em lei estadual.

Participaram do evento, realizado no auditório da Fieg, os senadores goianos Demóstenes Torres (DEM) e Lúcia Vânia (PSDB); o deputado federal Luis Carlos Jorge Haully (PSDB-PR); os deputados estaduais Hélio de Souza (DEM) e Ozair José (PP); os vereadores Paulo Borges (PPS) e Virmondes Cruvinel (PSDC); o presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio), José Evaristo, além do presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

**Poder de compra** – A prioridade a pequenas e microempresas nas compras governamentais corresponderia a uma injeção vigorosa de recursos no setor. Segundo o



**Bruno Quick: desenvolvimento equilibrado pressupõe micro e pequenas empresas fortes**

gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, em conjunto, prefeituras, governos estaduais, União e estatais destinam em torno de R\$ 260 bilhões para compras de bens, materiais e serviços todos os anos, representando pouco mais de 11% do PIB, a valores de 2006. Na média, no entanto, apenas 17% desses recursos contemplam pequenas e microempresas, num total estimado em R\$ 44,2 bilhões.

Nos Estados Unidos, a fatia destinada pelos diversos governos e empresas públicas a pequenas empresas aproxima-se de 34%, o dobro, portanto, daquela verificada no País. Caso o mesmo percentual fosse aplicado no setor, isso representaria quase 2% do PIB, elevando o faturamento consolidado do setor em mais de 10%. “O desenvolvimento equilibrado e sustentável pressupõe micro e pequenas empresas fortes”, afirmou Quick na apresentação feita durante a audiência na Fieg.

O gerente do Sebrae indica pelos menos dois exemplos de como políticas diferenciadas de apoio ao segmento, incluindo tratamento tributário específico, podem trazer re-

sultados concretos até mesmo para o próprio setor público – que teoricamente estaria abrindo mão de receitas para favorecer pequenos empresários. Em São Luís (MA), apontou Quick, a adoção de políticas desse tipo permitiu à prefeitura local aumentar em 70% a arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS). “O Paraná gerou duas vezes mais empregos do que os Estados vizinhos que não adotaram políticas de apoio ao setor”, acrescentou.

Nos cálculos do Sebrae, o Supersimples permitiu ou deveria permitir uma redução entre 8,34% e 26,93% na carga tributária, quando comparada à estabelecida pelo Simples Federal, regime substituído pela Lei Geral da Microempresa. Ao contrário do caminho escolhido por Goiás, sustentou Quick, os governos “deveriam aproveitar o que há de melhor nos regimes (tributários) estaduais”, de forma a permitir uma redução efetiva dos custos de formalização de micro e pequenos negócios, com diminuição real nas alíquotas finais do ICMS.

José Evaristo dos Santos, presidente da Fecomércio, criticou pontos do Supersimples ao condenar a ainda excessiva carga burocrática imposta a empresas de menor porte. “Desde a promulgação da lei, foram expedidas 23 resoluções pelo comitê gestor do sistema em todo o País. Como está, criou-se um sistema supercomplicado. Defendo a Lei Geral, mas o setor reclama a simplificação prometida”.

Em outra crítica, Evaristo afirmou que a legislação “criou um muro”, isolando as empresas enquadradas no Supersimples. “Estas só podem vender para empresas igualmente incluídas no mesmo sistema, porque as grandes empresas impõem descontos às menores para compensar o fim da transferência de créditos”, atacou. ■

# Experiências de sucesso

*Projetos desenvolvidos por estudantes vencem prêmios regional e nacional do IEL ao colocar o ato educativo em sintonia com o mercado empresarial*

Com um projeto desenvolvido pela estagiária Beatriz Regina Nunes, a Indústria Química do Estado de Goiás (Iquego) validou metodologias de esterilização dos equipamentos utilizados na fabricação de medicamentos. A atuação de outra estagiária, Ludmilla Ferreira da Costa, levou o Instituto de Medicina do Sono a reduzir em 91% o valor de procedimentos laboratoriais não cobertos por convênios de saúde e em 75% o volume de notas fiscais emitidas erroneamente. A empresa Cristal Alimentos passou a aproveitar o farelo de arroz, um subproduto, na produção de barras de cereais graças a um projeto de autoria do estagiário Eduardo Lourenço de Sá. A iniciativa significou redução de 150% no custo de produção da barra de cereal em relação ao emprego de aveia em flocos.

Estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet), da Faculdade Estácio de Sá/GO e da Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente, os três jovens foram os vencedores do IEL TOP Estagiário, nas categorias grande, micro/pequena e média empresa. O prêmio, criado em 2005, incentiva a disseminação das boas práticas do estágio entre as empresas e instituições de ensino, explica o superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), Paulo Galeno Paranhos.

Orientados por professores, os três estudantes desenvolveram seus projetos de estágio com objetivo de alinhar os conhecimentos recebidos em sala de aula com a realidade em-

presarial e acabaram contribuindo com a melhoria de processos, projetos e gestão.

A busca pela inovação e otimização de processos empresariais motivou o IEL Núcleo Central a realizar a etapa nacional do Prêmio IEL de Estágio. Nessa fase, dois estagiários vencedores da etapa regional foram premiados. Eduardo Lourenço de Sá ficou em segundo lugar na categoria média empresa e Ludmilla Ferreira da Costa, na segunda colocação na categoria micro/pequena empresa. Cada um recebeu um handheld (computador de bolso), certificado e troféu.

Para Ludmilla, o benefício foi grande. “O meu foco no trabalho foi além da redefinição do processo, já que fui também beneficiada com a aprendizagem teórico-prática.” Com a experiência, a estudante confirmou a área onde pretende atuar. “Quero trabalhar com consul-

toria financeira. Depois de fazer especialização, quero ser consultora e professora especialista nessa área”.

Para Eduardo Lourenço, a premiação é prova do bom desempenho. “Tanto os encarregados da qualidade e produção quanto o gerente apoiaram o projeto, disponibilizando recursos e contribuindo para o bom andamento das atividades por mim desempenhadas.”

As experiências dos estagiários goianos e dos outros oito premiados na etapa nacional têm em comum o excelente resultado da parceria empresa-estagiário, que atende a expectativas dos jovens profissionais, da instituição de ensino e da empresa. “A premiação é um reconhecimento a quem faz o melhor pelo nosso País”, afirma o superintendente nacional do IEL, Carlos Cavalcante, ao apontar o estágio como ação de melhoria da educação brasileira. ■



**Beatriz Regina Nunes, Eduardo Lourenço de Sá e Ludmilla Ferreira da Costa: vencedores nas categorias grande, micro/pequena e média empresa**



Mineração: indústria do setor deve ser um dos líderes no processo de expansão da base industrial

# Possibilidades e gargalos

*Economia deve manter crescimento em 2008, puxado pela indústria, mas há riscos no caminho, advertem analistas e lideranças empresariais*

O fim de 2007 deixou desenhado para o novo ano perspectivas mais otimistas do que aquelas vislumbradas no encerramento de 2006, quando as previsões de crescimento eram mais modestas e poucos se animavam a apostar num avanço da indústria muito além de 4%. A grande interrogação hoje, ausente no cenário econômico, é se a maior economia do planeta vai mesmo despencar em recessão em 2008 e qual poderá ser o tamanho da retração, embora uma porcentagem não desprezível das análises ainda aposte num desaquecimento da máquina americana, com conseqüências importantes, mas menos graves para a economia global.

Internamente, outras interrogações estão colocadas no caminho da economia em geral e da indústria em particular, conforme detalhada avaliação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira. Em

condições normais, a economia e a indústria tendem a continuar crescendo, até por um “efeito-banguela”. Mais claramente, as taxas de crescimento mais robustas registradas ao longo de 2007 já asseguram avanço mínimo para a economia, no que os economistas costumam classificar como “carry-over”.

As previsões da Fieg, preparadas pelo economista Cláudio Henrique de Oliveira, supõem avanço de 5% para o PIB goiano em 2008, com incremento entre 3% e 3,5% para o produto industrial, com tendência à maior diversificação de sua base instalada a partir do desembarque de novas fábricas no Estado. Um dos protagonistas nesse processo de investimentos deverá ser o segmento de açúcar e álcool.

Levando-se em conta os dados consolidados pela Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento) até 18 de dezembro de 2007, foram firmados contratos envolvendo 66

projetos beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir), mesmo número registrado nos 12 meses de 2006. A diferença está nos setores beneficiados, no volume de investimentos prometidos e nas previsões sobre o número de empregos que esses projetos poderão abrir quando e se vierem a se instalar integralmente.

**Investimentos** – Os 66 projetos antecipam investimentos fixos de R\$ 3,018 bilhões para os próximos anos em Goiás, um recorde desde que o Produzir entrou em cena, em 2001. Aquele valor representa 3,4 vezes mais os R\$ 876,497 milhões anunciados em 2006 e praticamente metade dos R\$ 6,274 bilhões acumulados em sete anos, representando investimentos contratados pela agência. Nem todos esses investimentos deverão se realizar efetivamente, mas o dado não deixa de ser expressivo. Deve-se lembrar que a estatística



inclui previsão de um investimento de R\$ 13,980 milhões em Bela Vista, que deveria criar 124 empregos em troca de benefícios fiscais de R\$ 752,553 milhões. Autor do projeto: Abatedouro Struthio Gold Importação, Exportação e Comércio Ltda, controlada pelo Grupo Avestruz Master, cuja liquidação acaba de ser determinada pela Justiça.

As estatísticas referentes a 2007 sofreram influência decisiva de um único segmento. A instalação de usinas de álcool atraiu 16 empresas, pelo menos meia dúzia delas concentradas nas regiões Sul e Sudoeste do Estado. Para comparação, em 2006, somente três usinas assinaram financiamento do Produzir. Esses 16 projetos representam 24% do total de contratos firmados pela GoiásFomento até 18 de dezembro, mas responderão por 93% dos investimentos previstos e por 73% dos empregos prometidos, assumindo uma fatia de 81,4% dos benefícios contratados.

Considerando-se apenas o setor de cana e álcool, os investimentos fixos anunciados saltaram mais de 22 vezes, saindo de R\$ 126,372 milhões em 2006 para nada menos que R\$ 2,810 bilhões em 2007. Os empregos foram multiplicados por sete, pulando de 4.145 para 33.379 vagas. No total, a soma dos 66 pro-

jetos contratados deverá representar a abertura de 45.759 postos de trabalho, num aumento de 333%. As usinas poderão receber incentivos de R\$ 10,465 bilhões, o que representaria 11 vezes mais do que os R\$ 928,017 milhões anotados em 2006.

O valor dos benefícios contratados, para o total dos 66 projetos, novamente, está fixado em R\$ 12,854 bilhões, recorde absoluto na história do Produzir, praticamente 16% mais que os R\$ 11,099 bilhões contratados em 2006. Desde a sua criação, o programa comprome-

teu-se com benefícios fiscais de R\$ 38,759 bilhões.

Os números mostram que houve concentração de esforços no Estado para a atração de investimentos para o setor de álcool. Sem os projetos destinados à implantação de usinas em Goiás, os investimentos poderiam atingir apenas R\$ 208,062 milhões, desabando 72,3% em relação aos R\$ 750,125 milhões contratados em 2006, sob os mesmos critérios. O volume de incentivos também despencaria 76,5%, passando de R\$ 10,172 bilhões em 2006 para R\$ 2,388 bilhões no ano



**Destilarias: protagonistas na atração de investimentos, com projetos estimados em R\$ 4 bilhões para os próximos anos, na previsão do governo estadual**



**Bebidas e alimentos: setor lidera crescimento de empregos na economia do Estado**

passado, mas o total de empregos saltaria 93% entre um ano e outro, de 6.419 para 12.380, sugerindo que o tamanho do benefício fiscal nem sempre está relacionado à capacidade de geração de empregos dos projetos favorecidos. Na previsão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan-GO), as contratações de empréstimos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em Goiás deverão superar R\$ 850 milhões em 2007, crescendo perto de 34% em relação a 2006 (*leia matérias nas páginas 31 a 34 desta edição*).

**Novo perfil** – O governo estadual traça balanço positivo para os investimentos no Estado em 2007. “Foi um ano de muitos projetos e contratações, com a inauguração da montadora da Caoa/Hyundai em Anápolis, da unidade da Perdigão em Mineiros, início de implantação do projeto da Anglo American em Barro Alto, avanço das obras da Votorantim Metais na região e a entrada em operação de quatro novas usinas de álcool”, comemora Sérgio Duarte de Castro, gerente-executivo de atração de investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC).

## Indústria lidera criação de empregos

A economia goiana criou 55.943 novos empregos nos primeiros 11 meses de 2007, o que representou incremento de 7,81% no estoque de empregados no setor formal, superando a média no País, que indicou variação de 7%. Mais da metade desse aumento deve-se ao desempenho da indústria, incluindo-se, aqui, o setor de extração mineral e a construção civil.

Na indústria de transformação, o total de empregos formais cresceu 13,17% em Goiás, mais uma vez acima da média nacional, que apontou avanço de 8,3%. Esse porcentual correspondeu à abertura líquida de 20.821 vagas na indústria goiana e de 537,56 mil no mesmo setor em todo o País. O setor de bebidas e alimentos manteve-se na liderança, em Goiás, ao gerar saldo positivo entre contratações e demissões de 14.995 vagas, representando 72% dos novos postos abertos pela indústria de transformação e 26,8%

de todo o setor formal da economia goiana.

“Em 2008, teremos basicamente o mesmo cenário observado no ano passado, com crescimento das vendas nos supermercados superior aos 6% esperados para 2007”, prevê Sandro Antônio Scodro Mabel, presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg). Sua expectativa, diante do aumento da renda e queda do desemprego, é que o consumidor volte a buscar marcas já consolidadas de bebidas, leite em pó, biscoitos e outros alimentos.

Com 1,2 mil indústrias de todos os portes em operação em Goiás, o setor de bebidas e produtos alimentícios, segundo Mabel, emprega 100 mil pessoas e deverá continuar investindo na expansão de sua capacidade em 2008. “Percebe-se um movimento geral do setor naquela direção, com diversificação mais forte da atividade”, projeta o empresário e político.

Ele estima que o Estado deverá receber, nos próximos dois a três anos, ao redor de R\$ 5 bilhões em novos investimentos, dos quais cerca de R\$ 4 bilhões serão destinados apenas ao setor alcooleiro. O volume de investimentos projetado tenderá a determinar, na análise de Castro, taxas expressivas de crescimento para a economia goiana nos próximos anos, na média cerca de dois pontos acima do avanço registrado para o PIB brasileiro. “Dependendo do impacto da crise nos Estados Unidos, sobretudo em relação à China, o produto brasileiro poderá crescer entre 4% e 5% em 2008. Isso significa que a economia de Goiás teria condições de atingir 6% a 7% de crescimento.”

Professor de Economia da Universidade Católica de Goiás (UCG), o economista Jeferson de Castro Vieira cita um levantamento feito pela Seplan para indicar que as previsões de investimento em Goiás poderão alcançar R\$ 21,6 bilhões entre 2008 e 2010, 42% dos quais protagonizados por usinas de álcool, 19% pelo setor de mineração e cerca de 10% pela indústria de alimentos e bebidas.

O avanço da indústria tem se consolidado em torno de alguns pólos, como Rio Verde, Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Luziânia, Anápolis e Goiânia, alterando o perfil econômico local não só com a entrada de novas indústrias, mas também de prestadores de serviços



**Laticínios: como a Itambé, outras indústrias fizeram ampliação em 2007**

direcionados ao setor industrial. Entram nessa categoria serviços de comunicação e informática, financeiros e bancários, alimentação, segurança e limpeza. “Além de modificar o perfil econômico, o avanço da indústria tem representado salários médios mais elevados”, acrescenta Vieira.

Sua expectativa, assim como a de Castro, da SIC, é de manutenção do crescimento industrial em 2008, com investimentos concentrados em usinas de álcool e projetos de mineração, além da ampliação da produção de alimentos e bebidas, influenciada pela recuperação da renda média e do emprego. “A retomada do agronegócio, depois de três anos de crise, também deverá beneficiar a agroindústria”, lembra Vieira.

A tendência de manutenção de um ritmo vigoroso para a indústria em 2008 deverá ser reforçada, na avaliação de Castro, pelo processo de implantação de mais 23 destilarias no Estado, com operação prevista para a safra 2009/2010, mas cujos investimentos deverão se concentrar em 2008. Além disso, a fábrica da Mitsubishi/Grupo Souza Ramos, em Catalão, ultrapassará o dobro de sua capacidade, enquanto o Grupo Caoa/Hyundai deverá inaugurar a linha de produção do Tucson em Anápolis, admitindo a possibilidade de iniciar uma terceira linha, provavelmente com um veículo sedan. “A indústria continuará liderando o crescimento da economia goiana”, aposta o gerente da SIC.

## Mas nem tudo são flores...

Gargalo estrutural ainda não revertido, os custos de logística enfrentados no Estado por empresas e produtores impõem sobrepreço importante aos produtos

goianos, com perda equivalente de competitividade para a economia como um todo. “Na ponta, esses custos encarecem a produção em até 25%”, calcula Jeferson de

Castro Vieira, professor da UCG. O estrangulamento da infra-estrutura, completa o economista da Fieg, Cláudio Henrique de Oliveira, é mais um fator de risco para o

desempenho futuro do Estado.

“Esse é o principal entrave, não só para Goiás, mas para o Brasil”, ressalta Sérgio Duarte de Castro, da SIC. A expectativa de avanço da economia sucroalcooleira no Estado torna ainda mais urgente a necessidade de investimentos em infra-estrutura num curto espaço de tempo, prossegue Castro, diante das demandas nas áreas rurais e urbanas, diante da perspectiva de atração de novas levas de trabalhadores. “O ritmo em que esses investimentos deverão ocorrer poderá ser decisivo para o Estado”, adverte.

Para Vieira, no setor de transportes, a necessidade de criar facilidades para escoamento da produção, barateando esse custo, impõe a realização de investimentos na duplicação, recuperação e melhoria de estradas, ampliação e construção de ferrovias e na construção do alcoolduto. “O custo do frete torna impraticável a competição com outros Estados. O alcoolduto deve ser concluído até 2010”, lembra André Lins Baptista Rocha, presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (Sifaeg).

A questão energética, vista



**Oliveira: crescimento entre 3% e 3,5% para a indústria**

## Limites entre usinas

Em vigor desde meados de 2007, uma resolução do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) procurou regular o avanço das usinas de álcool e, portanto, dos canaviais no Estado, enquanto não se estabelece zoneamento econômico e agro-ecológico mais amplo. A instalação de novos projetos deverá respeitar, segundo o gerente-executivo de atração de investimentos da SIC, Sérgio Duarte de Castro, distância mínima entre aqueles já instalados e outros previstos para a mesma região, variando de acordo com as dimensões de cada usina.

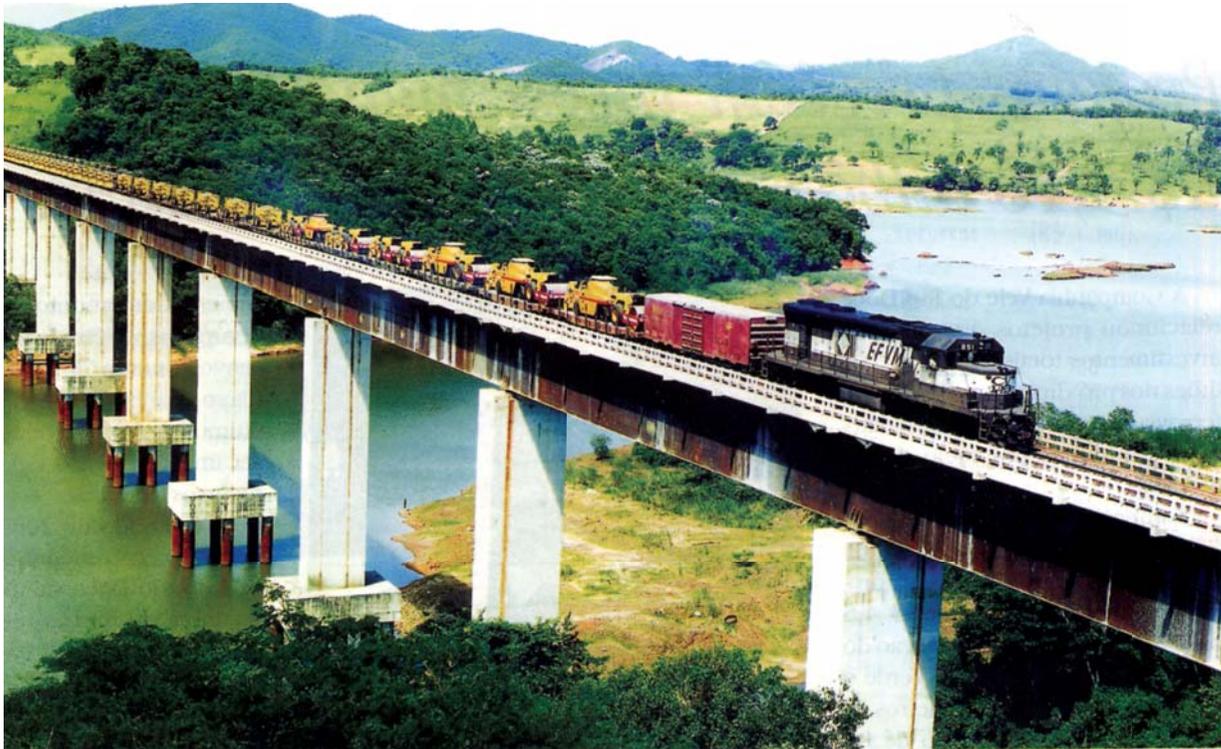
“Fizemos isso para preservar o espaço para a exploração de outras culturas e evitar a concorrência predatória entre as usinas, como já ocorre nas regiões canavieiras de São Paulo”, afirma Castro. Em geral, têm sido estabelecidas distâncias de 20 a 35 quilômetros entre cada usina, o que obrigou a realocização

de projetos, em alguns casos. O economista lembra que a produção de cana no Estado saltou mais de 70% desde a safra 2002/2003, pulando de 9,7 milhões para 16,6 milhões no ano agrícola 2006/2007.

O presidente do Sifaeg, André Lins Baptista Rocha, estima produção em torno de 21 milhões de toneladas no ciclo 2007/2008 e outros 25 milhões de toneladas na próxima safra, com o cultivo de quase 350 mil hectares. Rocha defende a confecção de plano estratégico do Estado para o setor, no bojo de uma nova política industrial a ser discutida com o setor empresarial. “Torna-se necessário sincronizar esse planejamento com ações de fomento ao setor e pensar essa nova fase de desenvolvimento industrial lastreado em estudos técnicos e na seleção de cadeias produtivas que fazem sentido econômico para o Estado, como o setor sucroalcooleiro”, defende Rocha.

como problemática pela Fieg, só tenderia a representar gargalo real em médio prazo, avalia Vieira, sugerindo um horizonte de cinco anos para que ocorram os investimentos anunciados em geração, transmissão e distribuição. Castro acredita que Goiás desfrutaria de situação privilegiada nesta área, porque exporta energia para outros Estados e estaria em condições de tirar proveito das possibilidades abertas pela co-geração de energia a partir da queima de biomassa (principalmente bagaço, folhas e ponta da cana-de-açúcar).

Nas contas de Rocha, as 35 usinas que estarão em operação em 2012 terão potencial para gerar 1.900 megawatts, três vezes a capacidade instalada da Usina de Cachoeira Dourada. Até 2015, esse potencial poderá ser elevado para 3 mil MW, com uso de caldeiras mais modernas e eficientes. Hoje, apenas três usinas dispõem de energia para revender ao mercado, colocando no sistema integrado em torno de 67 MW, de acordo com o presidente do Sifaeg. O grande gargalo, aqui, é que será preciso providenciar subestações e linhas de transmissão



**Logística: custo de transporte encarece preço final dos produtos goianos em até 25%, reduzindo competitividade da indústria**

para transportar a energia produzida pelas usinas até os centros de consumo.

Rocha adianta que as conversações com os ministérios de Minas Energia e da Casa Civil, Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estão em fase avançada. A proposta em discussão prevê a realização de investimentos federais para ligar as usinas ao sistema e não há expectativa de definição em curto prazo.

Segundo Roberto Schaeffer, professor de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), o setor industrial tem potencial técnico para gerar economia equivalente a 30% da energia que consome, dado referendado pela Eletrobrás – que aposta na possi-

bilidade de ganhos ainda maiores com a racionalização do consumo entre empresas industriais.

**Folga no suprimento** – “Faria sentido econômico para a indústria, no entanto, alcançar uma redução entre 10% e 15%”, avalia Schaeffer, diante dos custos que seriam exigidos para se chegar à economia preconizada pelos técnicos do setor. Como a indústria responde por 47% do consumo doméstico, Schaeffer acredita que o País poderia ganhar pelo menos um ano de folga no abastecimento de energia, se a indústria como um todo conseguisse operar a ampliação de sua eficiência dentro daqueles limites, sem afetar sua capacidade de produção.

“O problema é que a eficiência, devido aos custos atualmente não onerosos da energia, não é ainda uma prioridade para as empresas, à exceção provavelmente dos consumidores de grande porte”, aponta Schaeffer. O diagnóstico final sobre

o potencial de racionalização do uso da energia na indústria deverá ser concluído até o fim da primeira quinzena de dezembro, num trabalho contratado pela Eletrobrás à Ecoluz, da Bahia, e à Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, e desenvolvido no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE) – que, por sua vez, é financiado por doações do Global Environment Facility (GEF), com apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O cenário atual, marcado por tímidos investimentos em eficiência energética, na avaliação de Schaeffer, poderá ser alterado, daqui para frente, diante da perspectiva de encarecimento dos custos da energia, com possível risco de desabastecimento, e do avanço das discussões de questões ambientais, relacionadas ao aquecimento global, e da necessidade de assegurar fontes de suprimento.

# Este poderia ser o ano das reformas

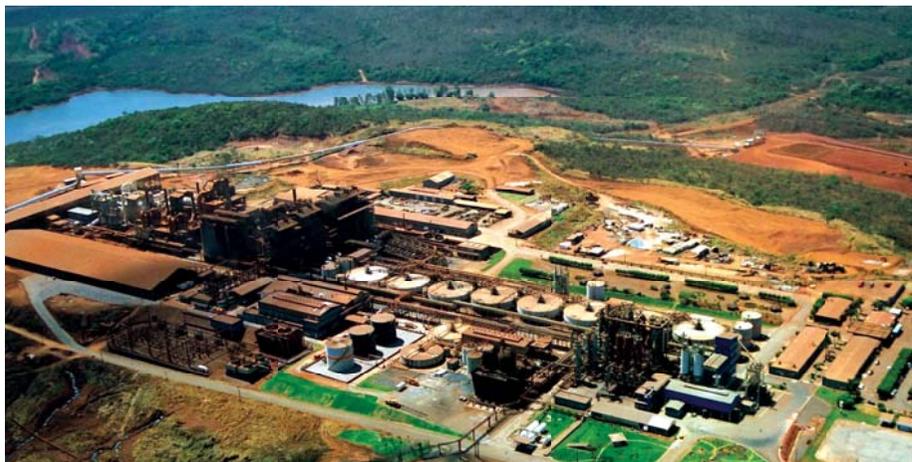
Os gargalos citados pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, de uma forma ou de outra, significam freio importante se não ao crescimento, ao menos à velocidade com que a economia e a indústria poderiam estar se desenvolvendo a esta altura. Na sua visão, essa seria uma das razões a explicar por que o Produto Interno Bruto (PIB), que mede o volume de riquezas produzidas pelo País, vem crescendo menos no Brasil do que nos demais países em desenvolvimento.

De acordo com comparação realizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), para uma previsão de incremento ao redor de 5% para o PIB brasileiro, os países emergentes, na média, deverão apresentar avanço próximo a 7%, com salto de 8% para as economias do leste e sul asiático em 2007. Para 2008, as previsões indicam crescimento mínimo de 4,5% para o Brasil e de 6,5% para os demais emergentes e de 7,5% no sul e sudeste da Ásia.

Para Paulo Afonso, 2008 deveria ser transformado no “ano das reformas”, em todos os níveis. “A economia brasileira tem crescido porque a economia mundial vai bem. Em céu de briga-deiro, até peru voa”, compara.

**Reforma tributária** – A extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) a partir de janeiro deste ano deveria ser encarada como mais uma oportunidade de o País realizar a reforma tributária. “A nação precisa colocar um ponto final, de uma vez por todas, nas pirotecias tributárias dos governos, aproveitando o capital político acumulado durante o processo de votação da CPMF para fazer uma reforma tributária efetiva”, defende Paulo Afonso.

O desenho básico dessa reforma



**Desatando nós: Fieg espera que reformas possam destravar investimentos em todas as áreas da economia, contribuindo para acelerar o crescimento**

deveria levar em conta a necessidade de alargar a base de contribuição, sustenta o presidente da Fieg, de forma a que a cada um dos setores da economia caiba uma carga tributária relativamente mais leve. “Precisamos criar um sistema que tenha blindagem contra a sonegação, de alguma forma, e ao mesmo tempo reduzir a burocracia que sufoca as empresas.”

**Pacto federativo** – A multiplicação de contribuições fiscais, criadas a partir de 1989 pelo governo federal, forma encontrada para driblar a decisão dos constituintes de 1988, que previam maior descentralização dos recursos tributários, fez com que a União passasse a concentrar mais de 63% da arrecadação de impostos e tributos no País. A preferência pelas contribuições está ligada ao fato de que estas não precisam ser partilhadas com Estados e municípios, a exemplo da CPMF recentemente extinta.

Paulo Afonso aponta o centralismo econômico na área federal como mais um entrave ao desenvolvimento e defende uma reforma no sistema de distribuição das receitas tributárias que fortaleça Estados e prefeituras.

“Não vejo sentido em um prefeito ser obrigado a bater às portas de gabinetes em Brasília para pedir dinheiro para comprar ambulâncias. Os municípios, assim como os Estados, deveriam ter autonomia econômica e financeira”, defende.

A lista de reformas sugeridas por Paulo Afonso não poderia deixar de fora a reforma trabalhista, vista como necessária para permitir que o mercado formal absorva trabalhadores sem carteira, excluídos dos sistemas que asseguram direitos trabalhistas e previdenciários aos empregados em geral. “Metade da força de trabalho não dispõe de qualquer registro formal. Por isso a reforma trabalhista é urgente”, declara.

O crescimento da economia tem providenciado solução parcial para esse problema, como sugerem os indicadores do IBGE. Em novembro, na comparação com igual período de 2006, a economia abriu mais 717 mil ocupações nas seis maiores regiões metropolitanas pesquisadas pelo instituto, das quais 709 mil vagas destinadas a trabalhadores com carteira assinada, cerca de 99% dos novos contratados. ■

# Educação básica e qualificação

*Lançado em novembro, em Goiás, Programa Educação para a Nova Indústria permitirá ao Sesi e Senai ampliar atendimento em cerca de 30%*

Conjunto de ações e estratégias elaboradas para atender às novas demandas da indústria competitiva, o programa Educação para a Nova Indústria foi apresentado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em agosto e lançado em Goiás no dia 21 de novembro pelo Sistema Fieg (Federação das Indústrias do Estado de Goiás), durante almoço de confraternização com a imprensa. Na ocasião, o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, anunciou as novas metas estabelecidas por Sesi e Senai para os próximos três anos, baseadas nas propostas contidas no projeto Educação para a Nova Indústria. O principal objetivo das instituições é formar profissionais com perfil adequado aos desafios de uma economia em crescimento.

“O programa é arrojado com propostas objetivas do segmento industrial à demanda exigida pelo atual mercado de trabalho. Estamos canalizando recursos para potencializar e ampliar as atividades desenvolvidas por Sesi e Senai, com a construção de novos ambientes de ensino, laboratórios, oficinas, realização de parcerias com empresas e prefeituras, além de levar serviços e produtos a municípios que ainda não são atendidos. Isso tudo para garantir mão-de-obra qualificada de acordo com as necessidades da indústria goiana, que passa por fase promissora, com crescimento acima da média nacional”, disse o presidente.



**Treinamento e formação: investimentos de R\$ 175 milhões até 2010**

## Investimentos X apagão

– Com 23 unidades de ensino distribuídas no Estado, Sesi e Senai Goiás projetam crescimento de aproximadamente 20% no período, com ampliação das metas em torno de 5% ao ano, o que exigirá investimentos da ordem de R\$ 175 milhões em seus orçamentos no período 2007-2010. No ensino regular e na educação do trabalhador, oferecidos pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), a meta é atingir, respectivamente, 27 mil e 33,2 mil matrículas. Na educação profissional, para combater o gargalo no avanço da indústria, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) planeja atingir 215 mil matrículas de 2007 a 2010.

As ações do Sesi se concentram na educação básica (ensino fundamental e médio), educação de jovens e adultos (EJA) e educação continuada. O Senai vai incrementar ações na formação profissional e continuada de trabalhadores, habilitação técnica de nível médio e ensino superior.

Com inovações, que compreendem ensino a distância, estratégias flexíveis de educação, uso de unidades móveis, parcerias com empresas e organizações, inclusão digital e educação continuada para docentes, Sesi e Senai pretendem atender a 40% dos municípios do Estado.

Desdobramento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, uma visão do segmento sobre o futuro do Brasil, o programa se antecipa ao



**Paulo Afonso: programa arrojado, com propostas objetivas**

que especialistas chamam de risco de “apagão da mão-de-obra”. A ameaça foi apontada no estudo Demanda e Perfil dos Trabalhadores Formais no Brasil em 2007, divulgado no início de novembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também denominado Mapa do Emprego, o trabalho mostra que só 18,3% das pessoas que procuram por trabalho no País estão qualificadas e têm experiência profissional para atender às demandas do mercado. No Centro-Oeste, o índice é de 17%.

Além disso, ainda na região Centro-Oeste, registra-se um déficit de 13.447 trabalhadores qualificados, embora, em todo o País, 84.021 pessoas com formação e experiência estejam desempregadas. A indústria têxtil, de vestuário e calçados aponta o maior déficit de pessoal qualificado no Centro-Oeste (4.546 pessoas), seguido pelo setor de indústria e serviços urbanitários (2.665), pela indústria de produtos mecânicos (2.406) e química e petroquímica (2.100). Mas há casos em que sobra pessoal qualificado, como na indústria de produtos de madeira e mobiliário (3.659 pessoas qualificadas sem emprego) e na indústria de alimentos, bebidas e fumo (762 trabalhadores).

O programa da CNI elege a educação como vertente fundamental para o crescimento da economia, seja pelo efeito direto na melhoria da pro-

dutividade do trabalho, com a formação de trabalhadores mais eficientes, seja pelo aumento da capacidade do País de absorção e geração de novas tecnologias.

Com os índices de crescimento da indústria goiana acima da mé-

dia nacional, Sesi e Senai em Goiás têm pela frente o desafio de atender à acelerada e diversificada demanda do setor produtivo em diferentes regiões nas quais são anunciados investimentos, que exigem contrapartida de mão-de-obra. ■

## Sesi aposta no reforço da educação básica

Melhorar a qualidade da educação básica é um passo fundamental para garantir os recursos humanos exigidos pela indústria. Também é preciso preencher as lacunas na formação dos profissionais que já estão em atividade, tarefa a que o Sesi se dedicará com novos investimentos dentro do programa Educação para a Nova Indústria. Para tanto, a instituição intensificará os esforços para articular com o Senai a formação básica e a profissional. Para melhor atender à demanda das indústrias, o Sesi está dinamizando suas ações visando possibilitar atendimento a um maior número de trabalhadores, seja nas instalações de suas unidades, seja nas empresas ou na forma de cooperação com outras instituições.

Dentro do conceito da escola de tempo integral, além de melhorar a qualidade da educação básica, a proposta é ampliar a permanência de crianças e jovens nas escolas. As mudanças devem ser combinadas com a educação profissional de nível médio e com as ações de ensino-aprendizagem nas áreas de cultura, esporte e lazer. Em Goiás, o projeto já foi iniciado em escolas do Sesi, em Goiânia e Anápolis. Outro desafio, a elevação da escolaridade básica do trabalhador que já está na indústria será buscada com a ampliação da oferta de ensino fundamental por meio de parcerias com instituições representativas dos

setores produtivos industriais.

Para dar suporte às atividades, que exigem docentes e funcionários qualificados, com competências múltiplas e atualizados, o Sesi intensificará ações de formação inicial e continuada de profissionais de educação por meio do Programa de Formação dos Educadores, além de possibilitar a inclusão digital para professores e técnicos.

Também com vistas à melhoria da qualidade na educação, o Programa Ciências na Escola pretende levar às unidades do Sesi e às salas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) laboratórios móveis de química, física e biologia, propiciando oportunidades de pesquisa e experimentação mediante atividades práticas.

Já implantado em Aruanã, em parceria com o Ministério da Educação e a prefeitura municipal, o programa Indústria do Conhecimento será estendido a Catalão, Itumbiara e Rio Verde.

Outras estratégias são o Prêmio Sesi Qualidade da Educação (PSQE), promoção que reconhece as melhores escolas de educação básica; e a consultoria para educação de qualidade, trabalho destinado a apoiar os processos de melhoria e a qualificar gestores no intercâmbio de experiências. Esse programa deve assessorar escolas e redes de ensino estaduais e municipais na elaboração de planos de melhoria.

# Pulverizando créditos

*Credenciamento da GoiásFomento e do Bancoob como agentes financeiros do fundo pode desconcentrar distribuição de recursos*

No ano passado, pouco mais de 60% dos recursos distribuídos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) a Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal ficaram nas mãos de apenas 6% de empresas e produtores rurais, indicando um nível ainda exacerbado de concentração nas contratações. O número oficial, apurado com base no mais recente relatório de informações gerenciais do Banco do Brasil (BB), até então único agente financeiro do FCO, sugere que as tentativas adotadas para descentralizar a aplicação dos recursos do fundo não haviam alcançado plenamente os objetivos pretendidos, ainda que se observe algum avanço em relação a anos anteriores.

Por este, entre outros motivos, o Conselho Deliberativo do FCO (Condel) decidiu, em sua 45ª reunião, realizada em 5 de dezembro, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), em Goiânia, aprovar o credenciamento da Agência Goiana de Fomento (GoiásFomento) e do Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) como agentes financeiros do fundo – medida classificada como “histórica” pelo secretário de Planejamento de Goiás, José Carlos Siqueira, e pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

A idéia, na avaliação dos presidentes da GoiásFomento, José Taveira Rocha, e do Bancoob, Antônio Bomfim, é exatamente acelerar o processo de aprovação das propostas de financiamento e pulverizar os re-



**Abertura: 45ª reunião do Condel aprova nova modalidade de financiamento para micro e pequenas empresas, liberando a contratação de capital de giro puro**

ursos, utilizando a capilaridade dos dois sistemas. A princípio, segundo Taveira, a GoiásFomento poderá contar com R\$ 10 milhões, que serão repassados pelo BB e deverão ser aplicados exclusivamente para financiar investimentos de micro e pequenas empresas do Estado.

**Cooperativas** – A vantagem para o BB, que poderá ou não abrir mão de receitas, dependendo do grau de competência dos novos agentes na operacionalização de empréstimos, é que os riscos de crédito passarão a ser compartilhados com os demais agentes, no caso, obviamente, das operações de repasse. Bomfim, do Bancoob, destaca que o Sistema de Cooperativas de Crédito (Sicoob)

sustenta uma rede de 60 pontos de atendimento em Goiás e expertise em transações de pequeno valor, o que tenderá a acelerar o processo, contribuindo para descentralização dos empréstimos em favor de empreendimentos de menor porte.

Bomfim acredita que as primeiras operações com recursos do FCO poderão ser realizadas ainda no primeiro semestre deste ano. “O BB tem estrutura para operar repasses e isso deve facilitar o processo. As cooperativas de crédito, de seu turno, terão capacidade para fazer a transmissão mais rápida dos recursos aos tomadores finais, especialmente no setor do agronegócio, e farão a diferença nas operações de menor valor”, comentou Bomfim.

Siqueira lembrou, durante a abertura da última reunião do Condel em 2007, que o ministro Geddel Vieira Lima, da Integração Nacional, fez questão de que a assinatura do contrato entre o BB, GoiásFomento e Bancoob ocorresse em Goiás. “Seria em Goiânia ou não seria feito”, ressaltou. Na avaliação de Siqueira, para assegurar a continuidade do processo de desenvolvimento em Goiás, o governo não poderia abrir mão de instrumentos eficientes de financiamento da atividade econômica.

Paulo Afonso disse considerar a descentralização do agenciamento dos recursos do FCO como mais um passo em direção à recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), projeto que se encontra em discussão no Congresso. “Os recursos do fundo, para um Estado e uma região, como o Centro-Oeste, em franco desenvolvimento são fundamentais, diria até vitais, por seu papel no crescimento regional”, declarou.

**Cobranças** – O presidente da Fieg aproveitou a oportunidade para cobrar uma ampliação do leque de atuação do FCO, com a criação de diretrizes que possam propiciar a transferência de recursos para o setor de cana, açúcar e álcool, segundo objetivos previamente traçados. Na mesma linha, Siqueira sugeriu ao Condel o encaminhamento ao Ministério de Integração Nacional de uma proposta de convênio, no valor de R\$ 5 milhões, envolvendo as quatro unidades federativas do Centro-Oeste, para a realização de um amplo zoneamento econômico, agrícola e ecológico, de forma a direcionar o avanço da agropecuária no Cerrado, em especial da cana-de-açúcar, que tem ocupado áreas cada vez mais amplas na região, com destaque para Goiás e Mato Grosso do Sul.

A idéia, indicou Siqueira, seria



**Assinatura: Vilela, Parente e Taveira firmam contrato que permitirá à GoiásFomento operar linhas do FCO. Agência terá R\$ 10 milhões para empréstimos**

realizar um zoneamento que forneça as diretrizes para a exploração sustentada do Cerrado, com qualidade de vida e preservação ambiental. “A maior integração da região tende a assegurar crescimento econômico mais sólido e maior força política para o Centro-Oeste”, resumiu o secretário.

Paulo Afonso cobrou ainda a redução das taxas de juros nos empréstimos com recursos do FCO, medida que passa a vigorar a partir de 2008, via decreto, conforme antecipou o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste no Ministério de Integração Nacional, José Antônio da Silva Parente. O teto para os juros do FCO deverá recuar de 11% para 9,25%, enquanto o piso será rebaixado de 5% para 4,25% – taxa que favorece microempresas, mini e pequenos produtores rurais. O custo financeiro para aqueles que honram os empréstimos contratados em dia pode ainda ser mais baixo, já que estes poderão ser favorecidos pela aplicação de um bônus de adimplência fixado em 15% sobre os juros devidos.

O presidente da Fieg acrescentou à lista de cobrança medidas para aprimorar o sistema de garantias estabelecido pelo Banco do Brasil na contratação de empréstimos com o dinheiro do fundo. “Não sugiro o fim

das garantias, porque não há banco que não as exija. Mas que pelo menos se consiga chegar a uma solução que não penalize tão fortemente as empresas menores”, defendeu.

Paulo Afonso sugeriu, ainda, que parte do retorno dos empréstimos do FCO seja destinada para financiar formação e qualificação de trabalhadores em caráter de urgência, diante do risco de um “apagão de mão-de-obra” no País. Ele pediu, por fim, que os agentes do fundo dediquem mais de sua atenção e de seus esforços para financiar a consolidação na região de arranjos produtivos locais. Segundo disse, aqueles arranjos têm se destacado pela importância crescente para as economias locais e pelos resultados positivos apresentados, seja na multiplicação de empregos e de ganhos econômicos, propriamente ditos, seja por meio de experiências inovadoras desenvolvidas por empreendedores locais.

**Capital de giro** – Como experiência piloto, Goiás abriu as portas para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, que já se preparam para credenciar suas respectivas agências de fomento e desenvolvimento, além do sistema de crédito cooperativo, para atuar como repassadores de

recursos do FCO, conforme adiantou o vice-presidente de Governo do BB, ex-senador Maguito Vilela.

“Estamos replicando a experiência vitoriosa de Goiás para outros Estados da região”, reafirmou Parente. A última reunião do ano do Condell foi marcada ainda pela aprovação, por consenso de seus membros, de operações de capital de giro “puro” para micro e pequenas empresas, mini e pequenos produtores rurais. Até aqui, a contratação de empréstimos para capital de giro deveria vir amarrada a operações de investimento, exclusivamente.

Com dotação prevista em R\$ 3 bilhões para 2008, em grandes números, Parente adiantou que 51% desses recursos deverão ser destinados a empreendimentos de micro e pequeno porte. “Antes do governo Lula, 20% dos tomadores eram responsáveis por 80% dos empréstimos. Estamos mudando isso”, disse.

Reconhecidamente, prosseguiu o secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste, “o pequeno empreendedor tem maior dificuldade para conseguir capital de giro”. A medida aprovada pelo Condell deverá possibilitar o repasse para operações de capital de giro puro de pelo menos R\$ 700 milhões, nas contas de Parente, praticamente metade dos recursos previstos para operações de menor escala. “Vamos aprofundar a descentralização dos recursos (do FCO) em 2008”, prometeu.

As normas aprovadas pelo Condell permitem que o valor das contratações de operações exclusivas para capital de giro será correspondente, mês a mês, ao volume de operações de investimento registradas no mês imediatamente anterior. As taxas de juros foram estabelecidas em 4,5% ao ano. As diretrizes para aplicação dos recursos, no entanto, ainda dependerão de regulamentação pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE).

## Ligeiro avanço

(FCO, recursos contratados em milhões de reais atualizados até 31/10/2007)

Contratações/porte	Goiás	Centro-Oeste
Contratações – saldo de 1989 a outubro de 2007 (1)	5.342,14	13.494,85
Pequeno, mini e micro (2)	2.053,00	5.167,76
Participação (2/1)	38,43%	38,29%
Grande (3)	1.449,62	4.204,58
Participação (3/1)	27,1%	31,1%
Contratações em 2007 (jan/out) (1)	700,777	1.541,95
Pequeno, mini e micro (2)	287,512	610,272
Participação (2/1)	41,03%	39,58%
Grande (3)	216,782	519,145
Participação (3/1)	30,93%	33,67%

Fonte: Ministério da Integração Nacional/Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condell/FCO)

No dia 13 de dezembro, o CDE aprovou a criação de um grupo de trabalho que terá até 15 de janeiro para apresentar um estudo detalhado sobre a aprovação de cartas-consulta de valor superior a R\$ 10 milhões em todas as áreas financiadas pelo FCO. Na última reunião do ano do CDE, quatro cartas acima daquele teto foram retiradas de pauta até que a avaliação seja concluída. A intenção, mais uma vez, é estabelecer diretrizes que permitam maior pulverização dos empréstimos, de for-

ma a favorecer um número maior de tomadores.

A Federação das Micro e Pequenas Empresas de Goiás (Fempeg), segundo seu presidente, Hélio Rodrigues de Almeida, vai insistir para que os agentes financeiros assumam maior parcela do risco da operação, numa proporção de 80% no caso de empréstimos a microempresas e de 70% para pequenas empresas. Almeida pretende ainda elevar o bônus de adimplência dos 15% atuais para 20%, sempre nos contratos com micro e pequenas empresas.



Paulo Afonso: Fieg cobra recursos do fundo constitucional para financiar a qualificação de mão-de-obra nos Estados da região

# Na liderança, com R\$ 850 milhões em carteira

Goiás manteve a liderança nas contratações de empréstimos do FCO no ano passado, com as previsões mais atualizadas indicando um volume de financiamentos acima de R\$ 850 milhões, em torno de 34% mais do que em 2006. Até novembro, dado mais recente divulgado, o Estado havia contratado um total de R\$ 805,4 milhões, quase 27% mais do que todas as operações realizadas nos 12 meses do ano anterior, quando foi registrada a contratação de R\$ 635,6 milhões segundo dados do Ministério da Integração Nacional.

Numa avaliação preliminar, o vice-presidente para área de Governo do BB, Maguito Vilela, disse que R\$ 2,5 bilhões foram repassados ao FCO em 2007, dos quais perto de R\$ 1,5 bilhão teriam sido contratados ao longo do ano passado. Vilela estima uma “sobra” de aproximadamente R\$ 900 milhões, que deverão ser incorporados ao orçamento de 2008, o que asseguraria uma oferta de quase R\$ 3 bilhões. Esses números mostram que ainda será necessário um esforço adicional para fazer com que todos os recursos orçados sejam injetados na economia da região, permitindo acelerar investimentos.

Com dados até outubro, o relatório de informações gerenciais do BB mostra que o FCO realizou um volume de R\$ 1,549 bilhões de empréstimos, num crescimento de 39,7% na comparação com igual período de 2006, quando as liberações haviam somado R\$ 1,109 bilhão, em valores corrigidos com base na Taxa Referencial de Juros (TR). As operações de grande e médio porte somaram R\$ 931,675 milhões, correspondendo a 60,4% das contratações, embora o número de contratos tenha representado apenas 6,3% do total.



**Siqueira: Seplan-GO propõe criação de zoneamento econômico e agro-ecológico para todo o Centro-Oeste**

**Série histórica** – Empreendimentos de grande porte levaram 33,7% dos recursos, diante de uma fatia de 18,7% para mini e micro empresários e produtores. Houve alguma melhora em relação a 2003, quando os grandes ficaram com 48% dos recursos, restando 16% para mini e microempresários, com a fatia dos pequenos chegando a 20,9%. Mas a comparação com os valores consolidados na série histórica desde 1989, quando os fundos constitucionais entraram em vigor, mostra um cenário menos favorável.

Entre 1989 e outubro de 2007, o FCO contratou empréstimos num total de R\$ 13,495 bilhões, também em números atualizados pela TR. Grandes tomadores, que responderam por menos de 2% dos contratos, ficaram com 31,1% do crédito, o que mostra que sua participação nos primeiros anos de existência do fundo chegou a ser mais magra do que a atual. Para mini e microempresas e produtores, que significaram 72,4% dos contratos, foram destinados quase 18,5% dos recursos, com os pequenos respondendo por 19,8%.

Em Goiás, pouco menos de 31% dos recursos foram para grandes empreendimentos entre janeiro e outubro do ano passado, representando 0,8% dos contratos. Os pequenos negócios tiveram 20,9% dos recursos, enquanto mini e microempresários receberam 19,1% – praticamente a mesma participação observada em 2002 (19,4%) e acima dos 16,2% anotados em 2003, quando a fatia dos grandes atingiu, pela ordem, 35% e 49,7%.

Em termos históricos, desde a criação do fundo, Goiás contratou R\$ 5,342 bilhões, gerando ou preservando o correspondente a 554,085 mil empregos, significando 39,59% de todas as contratações e 32,1% de um total aproximado de 1,726 milhão de vagas abertas ou preservadas em toda a região. Da mesma forma que na média observada para o Centro-Oeste, também a participação histórica dos grandes projetos mantém-se inferior à atual, alcançando 27,1%. Pequenos e mini e micro-projetos sustentam participação, em cada uma das duas faixas, ao redor de 19%. ■

# Corrida pela inovação

*Empreendimentos goianos ganham destaque na edição de 2007 do prêmio, com novas soluções tecnológicas para “velhos” problemas*

No dia 12 de dezembro, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), foram entregues os troféus para os vencedores do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2007. Ao todo, 30 empresas concorreram à etapa nacional. Cada uma das sete categorias foi disputada por representantes das cinco regiões do País, vencedores das etapas regionais. Do Estado de Goiás, chegaram à final do prêmio a Hedesa Tecnologias e o Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec).

Durante a solenidade em que foram revelados os premiados, o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Luís Fernandes, lembrou que no prêmio há alguns agraciados, mas que todos são vencedores. “A inovação é o caminho concreto para gerar riqueza e bem-estar para a população, por isso, com esses esforços, o Brasil inteiro ganha”, disse ele.

Na região Centro-Oeste, a Hedesa foi a primeira colocada na categoria Processo e, assim, garantiu sua participação na final do prêmio. A empresa conseguiu aprimorar o beneficiamento de resíduos plásticos, obtendo cerca de 1 litro de combustível, além de água e pequeno volume de coque, para cada quilo de plástico trabalhado. A maior novidade do processo foi o uso de um catalisador – substância que acelera as reações químicas – na quebra das moléculas dos polímeros (cadeias que compõem o plástico).



**Engenheiro Sérgio Costa Ferreira, da Hedesa, com o troféu regional**

José Henrique Assis de Sá, diretor-presidente da Hedesa e um dos sócios, afirma que a participação no prêmio foi muito positiva e que já existem negociações em andamento para que a tecnologia seja disponibilizada em escala industrial. “Foi ótimo ter chegado à final do prêmio que é o Oscar da inovação tecnológica no País. No próximo ano, participaremos novamente, se Deus quiser”, declara. Para ele, o prêmio Finep é um estímulo aos empresários e também uma vitrine importante, que coloca em evidência os bons trabalhos desenvolvidos por diferentes empresas.

A Hedesa Tecnologia foi criada em dezembro de 2003 e, desde então, desenvolveu e patenteou tecnologia para a produção de combustíveis a partir de processos termo-catalíticos que utilizam como

matéria-prima óleos vegetais, resíduos plásticos, pneus e óleos lubrificantes usados, além de frações pesadas de petróleo.

## **Sanitário seco**

O Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec) é uma organização estabelecida em Pirenópolis, com o objetivo de desenvolver oportunidades de educação e referências em sustentabilidade. O Eco-centro Ipec mantém um centro de referência que desenvolve soluções práticas para os problemas atuais das populações brasileiras, incluindo estratégias de habitação ecológica, saneamento responsável, energia renovável, segurança alimentar, cuidado com a água e processos de educação de forma vivenciada.

Com o sistema batizado de Húmus Sapiens, o chamado sanitário

seco, o Ipec ganhou o primeiro prêmio na categoria Inovação Social na Região Centro-Oeste e foi à final do prêmio nacional. Sem a necessidade de água, o sistema comporta o uso por até cem pessoas ao dia, sendo uma alternativa aos banheiros químicos.

O funcionamento é simples: depois de aliviar suas necessidades fisiológicas, a própria pessoa adiciona serragem às fezes. Os dejetos ficam armazenados em câmaras que recebem a luz direta do sol, com a ajuda de placas de alumínio, por seis meses. Depois desse prazo, o conteúdo, já transformado em pó, é levado a um minhocário, para a produção do húmus.

Segundo a supervisora administrativa do Ipec, Stephanie Thomas, a participação do instituto no Prêmio Finep 2007 foi importante porque acaba dando força ao trabalho desenvolvido. “Prêmios como esse dão visibilidade e ainda mais credibilidade aos nossos projetos”, afirmou. Ela lembra que, em 2006, o instituto se inscreveu no Prêmio Finep, mas o trabalho apresentado não ficou entre os finalistas. “Agora, vencemos a categoria no Centro-Oeste e chegamos à final nacional. Isso, sem dúvida, nos estimula”, disse.

Outro destaque goiano no Prêmio Finep de Inovação Tecnológica – Regional Centro-Oeste foi a Halex Istar. A empresa ficou em segundo lugar, na categoria processo, em razão das inovações implantadas com a utilização da máquina montadora de ampolas em blister.

O engenheiro mecânico Fábio Simões, gerente de Projetos da Halex Istar, lembra que o projeto da máquina começou a ser desenvolvido em 2006, com o objetivo de otimizar a produção. Até setembro deste ano, as ampolas de vidro eram colocadas manualmente nas bandejas de 50 e 100 posições, o que limitava a produção a 1 mil ampolas



**Ludmila Carvalho (à direita) recebe o prêmio regional concedido ao Ipec**



**Fábio Simões, Pricila Juá e Michel Anderson ao lado da máquina montadora de ampolas: segundo lugar regional**

por hora. Com o novo equipamento, as ampolas agora são colocadas de cinco em cinco nas bandejas e a produção chega a 8 mil ampolas por hora. “Além disso, os trabalhadores do setor ganharam mais segurança depois que a montadora começou a funcionar”, destaca.

Ele afirma que o Departamento de Engenharia está sempre envolvido no desenvolvimento de máquinas e equipamentos que possam trazer evoluções para o processo de produção. “Receber essa premiação demonstra que estamos no caminho

certo do desenvolvimento. Sem dúvida, foi uma vitória”, declara Fábio. Além do gerente de projetos, o trabalho com a montadora de ampolas teve a participação direta da engenheira mecânica Pricila Juá e do tecnólogo Michel Anderson.

Os vencedores na Região Centro-Oeste do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2007 foram anunciados em uma cerimônia realizada em Campo Grande (MS), no dia 29 de outubro. Em 2008, o Estado de Goiás é que vai sediar a entrega do prêmio regional. ■



## **SINDUSCON (I)**

### *Plano Diretor*

Roberto Elias, presidente do Sindicato da Indústria da Construção, participou de evento da Secretaria do Planejamento, em conjunto com o Fórum de Engenharia Goiana, para lançamento da edição especial do Plano Diretor de Goiânia, no dia 29 de novembro. Na oportunidade, foram homenageados ex-prefeitos da capital e o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, criador do primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado. Na foto, da esquerda para a direita, Francisco de Almeida (Crea); José Leandro Rezende (Engecred); Leonardo Prudente (AGE); Roberto Elias Fernandes (Sinduscon); prefeito Iris Rezende; Guilherme Pinheiro de Lima (Ademi) e Paulo Afonso Ferreira (Fieg).

## **SINDUSCON (II)**

### *Qualidade na habitação*

O realinhamento do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade na Habitação, com proposta de uma linguagem única em todo o País, foi o tema central da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura, realizada dia 12 de dezembro, em São Paulo. Representante do PBQP-H em Goiás, o Sindicato da Indústria da Construção foi representado por seu diretor, engenheiro Eduardo Bilemjian Filho. Promovido pelo Ministério das Cidades, o programa completa dez anos de existência sempre visando a melhoria da qualidade na construção, com o Sinduscon oferecendo suporte à sua implantação e fomento em Goiás.

## **SINDTRIGO**

### *Grupo Predileto*

Segundo maior grupo moageiro no País, o Predileto atua no Centro-Oeste produzindo produtos no Moinho Emegê. Proprietário da marca Rosa Branca, de farinha doméstica de 1 quilo e em embalagens de 50 quilos, distribui seus produtos no varejo e atacado da região. O Grupo Predileto Alimentos iniciou no primeiro semestre de 2007 a produção de farinha de trigo no Estado de Goiás. “É sempre muito bom para o mercado quando chega uma grande empresa, pois obriga os concorrentes a melhorar os produtos e os serviços ao cliente e, conseqüentemente, a todo o segmento”, disse André Lavor, presidente do Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste.

## **SIFAEG**

### *Colheita da cana*

Baseado em informações passadas pelas 18 usinas em operação no Estado de Goiás, o presidente André Rocha, do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Açúcar e Álcool, disse que as máquinas deverão continuar substituindo o homem no plantio e no corte da cana-de-açúcar, a exemplo do que já ocorre em nível nacional. Nesta safra, que termina no próximo mês, quase 25 mil pessoas trabalham nas lavouras, mas Rocha prevê que o número de trabalhadores permanecerá o mesmo na próxima safra. Isso porque, além de outras quatro indústrias que entrarão em operação, há atraso na entrega dos pedidos de máquinas colheitadeiras devido à grande demanda interna.

## **SIFAEG II**

### *Contratação de deficientes*

O Tribunal Regional do Trabalho de Goiás homologou acordo inédito no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, envolvendo a Centroálcool, usina com sede em Inhumas, e o Ministério Público. A empresa se comprometeu, no prazo de um ano, a preencher a cota no setor industrial que obriga empresas com mais de 100 empregados a contratarem de 2% a 5% de pessoas com deficiência ou reabilitados. A Centroálcool possui um total de 272 trabalhadores e se comprometeu, no momento em que houver necessidade de contratação de empregados, a comunicar a entidades oficiais e particulares a disponibilidade de vagas. Caso contrário, a usina doará, a título de danos morais coletivos, R\$ 5 mil à Escola Especial Diuza Leão, que cuida de 119 pessoas deficientes, em Inhumas.

## **SIMELGO (I)**

### *Mão-de-obra qualificada*

A falta de mão-de-obra qualificada tornou-se um “apagão” em todo o Brasil, revelou o presidente Orizomar Araújo Siqueira, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás. Pesquisa feita entre as indústrias para tentar suprir de imediato a demanda por profissionais especializados constatou que soldadores, torneiros mecânicos, cortadores e dobradores de chapas são os que menos existem no mercado. A diretoria do Simelgo falará com o Senai para oferecer cursos profissionalizantes ou se “socorrer com a própria iniciativa privada.”

## **SISTEMA FIEG**

### *Campanha pelo Araújo Jorge*

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) coordena a arrecadação de fundos para a Unidade de Hematologia e Hemoterapia, Unidade de Transplante de Medula Óssea e Laboratório de Biologia Molecular do Hospital Araújo Jorge, da Associação de Combate ao Câncer em Goiás. O hospital tem caráter filantrópico e é referência no Centro-Oeste no tratamento do câncer, respondendo pela maior parte dos diagnósticos de doenças oncológicas. Há seis anos foi inaugurada a sua unidade de transplante de medula óssea, única da região, atraindo pacientes de Brasília, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e até do Nordeste. A diretoria executiva da Fieg decidiu apoiar a entidade, não só divulgando a campanha ao setor empresarial, mas atraindo contribuições de indústrias e industriários, de acordo com as possibilidades de cada um. Sob o slogan *O essencial é invisível aos olhos, só se vê bem com os olhos do coração. O Hospital Araújo Jorge precisa de sua ajuda* – a campanha pretende arrecadar mais de R\$ 1 milhão, necessários à ampliação o atendimento à população carente.

Doações de qualquer valor poderão ser feitas na conta corrente 1062-2 – Fieg – Hospital Araújo Jorge, Caixa Econômica Federal / Filial de Goiás, Agência 012-4 – Anhanguera. O registro da Fieg no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é 01.618.958/0001-03.



## **SIMELGO (II)**

### *Mérito Empresarial*

Empresa prestadora de serviços em locação e manutenção na área de solda, a Alusolda recebeu o Troféu Mérito Empresarial como primeiro lugar na categoria de serviços do Prêmio Competitividade para Micro e Pequenas Empresas. Promovido pelo Movimento Goiás Competitivo, com apoio do Sebrae, o resultado foi divulgado em cerimônia realizada no dia 12 de dezembro, no Sebrae. A Alusolda é exemplo de organização, planejamento estratégico e inovação. A campeã representará o Estado na etapa nacional do prêmio, a ser entregue em março de 2008, em Brasília.



## **SINVEST**

### *Doação de órgãos*

Em parceria com a Central de Transplantes e o Hemocentro de Goiás, o Sindicato das Indústrias do Vestuário pretende informar e divulgar aos empresários a necessidade do envolvimento do setor confeccionista em ações sociais que possam beneficiar toda a sociedade e, principalmente, pessoas que dependem de doações de órgãos e de sangue. Dentre as ações já estabelecidas, está a participação dos novos parceiros na Feira Goiás Mostra Moda, que será realizada em maio próximo. O presidente do Sinvest, José Divino Arruda, além dos médicos Claudemiro Quireze Jr. e Célio Oliveira Santos (foto), coordenadores da Central de Transplantes e do Hemocentro, respectivamente, ratificam a real necessidade de conscientizar e sensibilizar a população sobre a enorme contribuição social que cada um pode exercer, a partir do solidário gesto de doar sangue e órgãos.



## HOMENAGEM

Por proposição do presidente da Assembléia Estadual Legislativa Maçônica do Grande Oriente do Estado de Goiás, Mauro Marcondes da Costa, e dos veneráveis Maurinho Motta Leite, da Loja Maçônica Guimarães Natal, e Edvaldo de Souza Santana, da Loja Maçônica Obreiros da Lei e da Verdade, ambas de Goiânia, foi concedido o diploma de Honra ao Mérito ao maçom e presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), Orizomar Araújo Siqueira. A homenagem foi prestada pela Loja Maçônica Brasil Central da cidade de Leopoldo de Bulhões. Na oportunidade, Alberto Batista da Silva, venerável da Loja Brasil Central, destacou o trabalho de Siqueira. Em seguida, durante palestra, Marcondes da Costa falou sobre o papel da maçonaria e da participação da mulher na instituição.

## LANÇAMENTO

O livro *Heribaldo Egídio – Vida e Negócios. A trajetória de um empresário*, do historiador Ubirajara Galli, foi lançado no dia 1º de dezembro passado, durante cerimônia realizada no CEL da OAB-GO. A publicação detalha a genealogia familiar do biografado, desde sua origem a partir de cidades assentadas no Triângulo Mineiro, para depois migrar para Santana do Paranaíba (atual Itumbiara), Nazário e finalmente Goiânia. O foco principal da obra está na revelação dos bastidores históricos da empresa Equiplex, uma das maiores do setor fármaco do País. De vendedor de verduras, picolés e pimentas, Heribaldo, que também preside o Conselho Consultivo da Rede Metrológica Goiás, construiu uma das maiores empresas do ramo fármaco no Brasil.

## PREMIAÇÃO

Durante almoço de confraternização do Sistema Fieg com a imprensa, realizado na Casa da Indústria, foram anunciados os vencedores do Prêmio Sistema Fieg de Comunicação 2007. Os três primeiros colocados nas categorias Jornalismo Impresso, Radiojornalismo e Telejornalismo, receberam, respectivamente, R\$ 3.500, R\$ 2.000 e R\$ 1.500.

Na categoria Jornalismo Impresso foram premiados os jornalistas de *O Popular* Vinícius Sassine, pela matéria *Usinas de álcool vão triplicar em sete anos* (1º lugar); Leandro Resende, com *Fábricas mais inteligentes* (2º lugar), e Mariza Santana, com *Gestão ambiental entra na ordem do dia das empresas* (3º lugar).

Na Radiojornalismo, Fábio Maurício, da Rádio Brasil Central (RBC), levou o primeiro prêmio com

a reportagem *Diversidade do parque industrial goiano atrai investimentos*; Luiz Geraldo, da Rádio CBN Anhanguera, com *Indústria goiana da carne diversifica oferta de produtos e cresce no mercado da exportação*, mereceu o 2º lugar; e Ione Chagas, também da Rádio Brasil Central, ficou em 3º com a matéria *Crescimento industrial de Aparecida de Goiânia*.

Márcio Venício, da TV Anhanguera, com *Aquecimento global/cerrado* recebeu o primeiro prêmio na categoria Telejornalismo. Os segundo e terceiro prêmios também foram para profissionais da TV Anhanguera: pela ordem, Bernadete Coelho (*Indústrias em Goiânia*) e Thiago Nolasco (*Olimpíada do Conhecimento*).

# Aqui se fabrica, aqui se compra

*Grandes indústrias querem comprar mais em Goiás, porém exigem dos fornecedores de produtos e serviços qualificação para selar negócios*

**G**randes indústrias instaladas em Goiás, como Caramuru, Mabel, Perdigão e Anglo American, querem ampliar compras de produtos e serviços de fornecedores do Estado. O objetivo de todas é, principalmente, a redução de custos com logística, já que possuem longa cadeia de produção, desde a aquisição dos suprimentos até o consumidor. Os investimentos que elas anunciam para Goiás, nos próximos anos, são atrativos para os fornecedores, muitos dos quais sonham em se tornar cliente de alguma dessas grandes indústrias. O interesse em ampliar as compras foi manifestado durante o 2º Encontro do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), organizado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), em Goiânia.

A Perdigão, que conta com três unidades industriais no Esta-

do e uma rede de distribuição que cobre 98% do território nacional, já adquire de fornecedores goianos 65% dos produtos que utiliza nas unidades em Goiás, responsável pelo fornecimento de 19% de tudo o que a indústria emprega em suas fábricas em todo o País. Segundo o gerente de Compras e Suprimentos da empresa, Paulo Nichelle, esse índice pode chegar a 75% se empresas goianas se qualificarem como fornecedoras. “Elas precisam competir em igualdade de condições e custos”, alerta. Ele garante que comprar em Goiás faz parte da política da empresa, visando flexibilizar o relacionamento com o fornecedor e reduzir a necessidade de formação de estoques.

**Biodiesel e cana** – “O volume de compras feitas pela Caramuru

em Itumbiara e região aumentou 30% desde 2000 com o preparo de 51 fornecedores locais para atender aos requisitos”, destaca a diretora administrativa e de Recursos Humanos da indústria, Margareti Scarpelini. Com a entrada do grupo no campo do biodiesel, pequenas e médias empresas prestadoras de serviços de manutenção, instalações, limpeza, uniformes e outras podem fazer ou ampliar a relação comercial junto à Caramuru. Contudo, Margareti diz que é preciso desenvolver fornecedores para algumas novas necessidades ainda não atendidas, como as advindas da expansão da cana.

A busca por fornecedor qualificado é uma necessidade cada vez mais presente nas indústrias. Reflexo da competitividade, a conexão entre comprador e fornecedor tende a se estreitar continuamente, pois ambos esperam fazer bons negócios. Nessa linha de pensamento, a fábrica de biscoitos Mabel busca comprar bem, ter bons parceiros e estar aberta a fornecedores de todos os portes, dentro do Estado. “É filosofia nossa comprar em Goiás, para fomentar a economia e o potencial produtivo”, afirma o presidente da indústria, Sandro Scodro Mabel.

O grupo, detentor de cinco unidades no País, considera o fornecedor um parceiro que garante a qualidade do serviço, a entrega pontual e o custo baixo em relação à logística para pôr no mercado produtos acessíveis à população. Com a filosofia de comprar internamente, a empresa conta com parque



Nichelle, da Perdigão: unidades goianas concentram 65% das compras no Estado

de fornecimento que a atende em 100% nas aquisições de caixas de papelão, açúcar e griz de milho. “Só compramos fora o que não encontramos aqui, como maquinário e peças”, comenta o supervisor de compras Mário Barros.

Além de requisitos considerados comuns (preço, rapidez, qualidade, qualificação) para que um fornecedor possa ser classificado como bom pelas grandes compradoras, fazer parte do banco de dados e participar de cotações, algumas indústrias descrevem requisitos próprios que funcionam como diferenciais na relação comprador-fornecedor.

A Anglo American, um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais, exige de seus fornecedores compromisso em aderir aos princípios da empresa, com as políticas de acidente zero e de desenvolvimento sustentável. Res-



**Morales, da Anglo American: exigência de adesão dos fornecedores a políticas de acidente zero e de desenvolvimento sustentável**

ponsável pela operação da Mineração Catalão, Codemin e Copebrás, em Goiás, o grupo investe US\$ 1,2 bilhão na unidade de Barro Alto, também no Estado, para extração de ferroníquel. Com esse volume de investimentos, a empresa estima para 2009 o início das operações em Barro Alto e já manifestou ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) interesse em apoiar a preparação de

fornecedores às demandas da unidade. “Sem dúvida nenhuma iremos nos disponibilizar para a qualificação de fornecedores”, declara o gerente da cadeia de suprimentos da Anglo American, Eduardo Morales. Conforme explica, o grupo tem formalizado política de avaliação do fornecedor para que este possa contribuir com o desenvolvimento da comunidade local. ■

## Bússola para ações do PQF

Apresentadas durante o 2º Encontro do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), as necessidades e as previsões de investimentos das empresas são como uma bússola para as ações do PQF, que prepara pequenas e médias empresas para fornecer produtos e serviços de acordo com requisitos exigidos pelos compradores. Além disso, as demandas são um estímulo para novos negócios a partir da qualificação do fornecedor, condição imposta pelas compradoras.

Ambiente de exposição e discussão sobre oportunidades de negócios que as grandes indústrias podem induzir trazendo suas compras para o Estado, o encontro ressaltou a importância da gestão integrada da cadeia de fornecimento, na busca de competitividade.

O Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), criado pelo IEL Goiás em 1999, prepara empresas para atender às exigências das grandes compradoras por meio da implantação de requisitos que garantam o desenvolvimento e a qualificação desses fornecedores. Conjugando esforços, compartilhando experiências, minimizando custos e riscos, aumentando a qualidade e a credibilidade das empresas, o PQF é um importante instrumento de desenvolvimento empresarial.

As ações desenvolvidas no âmbito do programa já envolveram mais de 200 empresas nos municípios de Itumbiara, Anápolis, Goiânia, Minaçu, Rio Verde, Aparecida de Goiânia e Goiatuba.

Além da exposição das gran-

des indústrias brasileiras e goianas, o superintendente do IEL Nacional, Carlos Cavalcante, falou sobre experiências de qualificação de fornecedor no Sistema Indústria, a partir do sucesso do PQF em quatro Estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás e Maranhão). Devido aos resultados do PQF, o IEL Nacional lançou, em 2007, o programa no País. De acordo com Cavalcante, quando se busca fornecedor qualificado, se busca a especialização e, nesta linha, “a qualificação de cadeias produtivas torna-se fator determinante para que as empresas sejam competitivas e, no mínimo, protegidas em seu próprio território.” Com o programa em nível nacional, o IEL espera pela adesão de 19 a 20 Estados ao PQF.

# Sesi assume escola da Sama

*Sistema Fieg dá a largada a nova experiência no município de Minaçu, em parceria com a mineradora que explora o amianto na região*

Presente em Minaçu desde 1979 com a Escola Senai Sama, transformada este ano em Unidade Integrada Sesi Senai, instalada dentro da empresa, o Sistema Fieg inicia nova experiência no município em parceria com a mineradora. A partir de janeiro de 2008, o Sesi passa a gerenciar técnica, administrativa e pedagogicamente a escola da empresa, na Vila Residencial da Sama, que oferece ensino infantil, fundamental e médio aos filhos de seus colaboradores.

Cerca de 500 pessoas participaram, no dia 16 de outubro, da assinatura do contrato entre a Sama e o Serviço Social da Indústria (Sesi Goiás), em Minaçu. Diretora da Escola Sesi Sama, Raquelina da Silva Dias Ferreira conta que a instituição atenderá cerca de 750 alunos, nos períodos da manhã e tarde. “Teremos aulas para o ensino infantil, fundamental e médio. Além de aprender as matérias essenciais como português, matemática, ciências e geografia, as crianças também terão acesso a atividades de lazer, esporte e cultura”.

Para o diretor da Sama, Rubens Relá Filho, o objetivo da empresa é sempre oferecer um ensino de qualidade para os filhos dos colaboradores. “Confiamos no potencial e na experiência do Sesi no campo da educação. Tenho certeza de que com o apoio de nossos trabalhadores, dos pais e alunos faremos uma parceria de sucesso e daremos mais um passo de melhoria contínua na

educação de nossos filhos”.

O superintendente do Sesi Goiás, Paulo Vargas, ressaltou o compromisso da instituição em realizar um trabalho de qualidade. “Educação é meta prioritária do

Sesi e acreditamos que somente por meio do ensino poderemos resolver os problemas do País. Este é um trabalho de parceria e com certeza, juntos, vamos construir um projeto de sucesso”. ■



**Oportunidade de ensino: cerimônia com 500 pessoas marca início de nova etapa na parceria entre Sistema Fieg e Sama**



**Contrato: Luiz Macedo, gerente de Educação do Sesi, Rubens Relá Filho, da Sama, e Paulo Vargas formalizam a transferência da unidade**



**Cortada e bloqueio:**  
jogos de vôlei do  
Sesi já revelaram  
campeões no Estado

# Trabalho e esporte para vencer no dia-a-dia

*Disputas na fase regional reúnem mais de 600 trabalhadores-atletas em Goiânia, em 10 provas de pista, campo e quadra*

**D**ados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que para cada dólar investido em qualidade de vida do trabalhador, em longo prazo, a empresa economiza cinco dólares em saúde. As informações constam de estudos e monitoramento da Isma-BR (International Stress Management Association no Brasil), dirigido pela especialista em estresse Ana Maria Rossi. Ela relaciona na estimativa de custo-benefício despesas com tratamento médico, licença de trabalho, aposentadoria por invalidez e a queda na produtividade individual.

Segundo Ana Maria, cada funcionário estressado custa 40% a mais para uma empresa no Brasil. O esporte associado ao trabalho é uma das alternativas de redução do estresse e o Brasil está entre os países reconhecidos pela importância que

atribui a essa prática, com destaque à promoção de eventos esportivos de abrangência internacional entre empresas. É o caso dos Jogos do Sesi, passaporte para a Copa do Mundo do Trabalhador, cuja próxima edição será na Itália. A fase regional dos jogos foi realizada pelo Sesi de 15 a 18 de novembro, em Goiânia.

O evento reuniu em dez provas masculinas e femininas, mesclando pista, campo e quadra, mais de 600 trabalhadores-atletas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, do Distrito Federal e Tocantins.

Para o analista de Estudos Sociais do Departamento Nacional do Sesi, Felipe Fagundes, diariamente os trabalhadores-atletas levam para dentro do ambiente de trabalho valores que aprendem na prática esportiva, como disciplina, companheirismo, respeito e união. “Disse-

minamos a prática do esporte entre os trabalhadores da indústria e isso só traz benefícios para o colaborador e para o empresário.”

Aida Inácio, gerente de Lazer do Sesi, ressalta que o esporte na Instituição tem o papel socioeducativo. “Seja nas atividades desenvolvidas por profissionais dentro da empresa ou nas unidades Sesi os trabalhadores da indústria têm a oportunidade de participar de ações que promovem a melhoria da qualidade de vida, fortalecendo as relações no trabalho, na família e com os amigos”.

A gerente ainda destaca que os Jogos do Sesi revela campeões. Pessoas comuns que fazem do esporte um trampolim para uma mudança no estilo de vida, vencendo doenças do trabalho como estresse e depressão, incorporando em seu dia-a-dia hábitos mais saudáveis e

uma convivência mais harmoniosa na comunidade em que vive.

A cidade de Manaus (AM) será sede, em maio de 2008, da etapa nacional dos Jogos do Sesi. Confira as empresas que representarão a Região Centro-Oeste, sendo de Goiás a Saneago, Grafigel, Sama, Perdigão, Halex Istar, Sinalmix, Brasil Center, Correios, Caramuru e Mitsubichi. De Mato Grosso as empresas são Brasil Telecom, Bimetal, Correios, Milanflex e Novanis. De Mato Grosso do Sul são Organizações Unidas, Correios, Eleva Alimentos e Rio Tinto MC. Do Distrito Federal são Correios, Caesb, Metro, Novacap, Gráfica Santo Antônio e do Tocantins a empresa Celtins.

**Vencendo limites** – Vitoriosa nas provas de 1.500 e 400 metros rasos dos Jogos do Sesi, Janivan Lima



**Janivan Lima da Silva: paixão pela corrida e vitória nos 1.500 e 400 metros rasos**

da Silva teve no trabalho nos Correios portas abertas para o esporte e para a descoberta de sua grande paixão: a corrida. Depois de participar da Corrida dos Carteiros, em 2003, ela começou a treinar e tomar gosto

pelo esporte. “Eu jogava futebol e uma amiga me convidou para participar dos Jogos do Sesi na modalidade de atletismo e, como sempre gostei de correr, aceitei o convite.”

Na primeira competição, Janivan participou de quatro provas, sendo corrida dos 100, 200 e 400 metros rasos e no revezamento 4 x 4. “Fui classificada em todas as provas. Então eu disse: é aqui o meu lugar.” A trabalhadora-atleta conta que no início o mais difícil era conciliar treinos, trabalho e família. Mas, depois das vitórias, e percebendo o esforço de Janivan, os Correios liberaram um período para que ela pudesse treinar.

“Com o treinamento melhorei meu tempo, o condicionamento físico, enfim, pude conquistar a vitória em duas provas nos 1.500 e 400 metros rasos, nos Jogos do Sesi deste ano. Agora vou me preparar para a fase nacional”, relata.

Ela ainda conta que aprendeu muito com a prática do esporte e a participação nos jogos. “O esporte mudou minha vida. Aprendi a perder e a ganhar, a traçar metas e correr atrás dos meus sonhos. Agora eu sei que sou capaz de conquistar tudo o que eu desejar.” ■

## Quando tudo começou

Foi em 1947 a primeira competição oficial promovida pelo Sesi: Jogos Desportivos Operários. A disputa teve a participação de 2,5 mil atletas industriários de São Paulo, no Estádio Municipal do Pacaembu.

Ao longo dos anos, o Sesi realizou vários eventos para promover a prática esportiva. Depois de promover na década de 50 muitos jogos estaduais, a instituição realizou em Curitiba, em 1953, a 1ª Olimpíada Operária Brasileira, primeiro evento esportivo para trabalhadores de âmbito nacional. Participaram do evento trabalhadores-atletas de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Santa Catarina e do Rio

Grande do Sul.

Em 1975, foi realizada em Fortaleza a 1ª Olimpíada Nacional do Sesi, com a participação de 910 atletas jovens, na faixa dos 16 anos, divididos em oito delegações. Em 1982, em Belo Horizonte, ocorreu a 2ª Olimpíada Nacional (chamada de Olimpíada Global), com equipes de trabalhadores-atletas competindo em 20 modalidades.

A partir de sua sexta edição, no ano 2000, a Olimpíada Nacional passou a ser chamada de Jogos Nacionais do Sesi, com apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Unesco.



# Da charqueada ao frigorífico

WALDYR O'DWYER

Nos idos de 1948, quando ainda comandava a Companhia de Fuzileiros Independente do 6º Batalhão de Caçadores, em Ipameri, a convite do empresário Gustavo Leysler, meu sogro, decidi solicitar demissão do serviço ativo do Exército, passando para a reserva não remunerada e promovido ao posto de capitão.

Sua empresa, denominada Indústrias Reunidas Santa Cruz, era um complexo industrial composto por charqueada, curtume e fábrica de calçados, atuando ainda no ramo de pecuária de corte. Desde o início de minha atividade, optei pelo setor de industrialização de carnes (charqueada) e pecuária.

Com entusiasmo, planejamos utilizar melhor os subprodutos, com a venda dos mais valorizados para outras praças, como filé mignon e língua. A falta de energia elétrica para manter câmaras frigoríficas, de transporte e de estradas inviabilizou o projeto e continuamos com o charque.

Algum tempo depois, entramos em contato com a empresa Viúva Telles e Filhos, de São Paulo, que demonstrava interesse na aquisição de miúdos bovinos, sobretudo filé mignon e língua, e que sugeriu a utilização de transporte aéreo. Como? Com a construção de uma pequena câmara frigorífica em Ipameri, ao lado da charqueada e a condução dos produtos em avião, pela Tasa, que utilizaria a pista de cascalho bem conservada do CAN (Correio Aéreo Nacional, da Força Aérea Brasileira).

Iniciadas as remessas, defrontamo-nos com problemas inesperados. A quantidade de carne transportada não compensava e a aeronave – um único Douglas DC 3, remanescente da Segunda Grande Guerra – devia também levar passageiros e cargas de outras cidades, como Araguari e Uberlândia. Eram comuns atrasos e outras falhas, que redundavam em prejuízos. A carne resfriada tinha período muito curto de duração, deteriorava-se e a perda era total. O sonho acabou. Estudamos usar a estrada de ferro, para transportar o produto em

caixas isotérmicas. Sem garantia de regularidade e de horários, contudo, o projeto, inviável, não se concretizou.

Somente em 1958/1959, Goiás teve o seu primeiro frigorífico, fruto de parceria do governo do Estado com empresários anapolinos. O Frigoiás (Frigorífico de Goiás S.A.) foi construído na Vila Fabril, em extensa área privilegiada, beneficiado com isenção de impostos estaduais. Ainda assim, os resultados não foram os esperados. Astolfo Leão Borges (Bebé Borges, cunhado de Pedro Ludovico Teixeira), presidente do Frigoiás, procurou então a Indústrias Reunidas Santa Cruz, propondo negociação das ações do frigorífico, detidas pelo Estado. Representando os demais acionistas, Plácido de Campos fez a mesma proposta para a sua parte, aceitando ainda participação no novo grupo a ser formado.

O negócio foi fechado, com a inclusão de alguns pecuaristas e com aproveitamento de colaboradores da Santa Cruz em Ipameri, disponíveis com a paralisação da charqueada. O frigorífico reiniciou as atividades, mas se defrontou com a deficiência de energia, imprescindível ao funcionamento das câmaras. Seu principal produto continuou

sendo o charque, mas com aproveitamento e industrialização dos subprodutos.

Estabelecida a disponibilidade elétrica em Anápolis, possibilitando o funcionamento das câmaras frigoríficas, nosso interesse voltou-se para Brasília. Com a interferência pessoal do presidente Israel Pinheiro, da Novacap, conseguimos, em regime de comodato, instalações na Avenida W 3, fundos com a W 4, onde instalamos uma câmara e implantamos a venda de carnes empacotadas. Na visão do presidente da Novacap, a nova capital do Brasil não deveria ter açougues.

O transporte de carnes resfriadas utilizava caixas isotérmicas, montadas em chassis Mercedes-Benz, adquiridos na concessionária Berocan S/A de Anápolis, pioneira goiana no setor. Devido ao peso dos veículos e da mercadoria, na época de

“Somente em 1958/1959, Goiás teve o seu primeiro frigorífico, fruto de parceria do governo do Estado com empresários anapolinos”

chuvas tivemos de criar uma equipe para os desatolar, sobretudo em frente à Cerâmica Induspina. O empreendimento foi tão satisfatório que Israel Pinheiro levou o presidente Juscelino Kubitschek para conhecer nossas instalações.

Mais na frente, um grupo de amigos comuns, representando os proprietários do Frigorífico Matingo, trouxe-nos a proposta de ingresso naquela sociedade, com participação no capital. O Matingo detinha melhores condições de expansão, pois fornecia carnes e produtos resfriados a São Paulo, além de ser composto por pecuaristas de tradição, que garantiam o fornecimento de gado para seu funcionamento. Além disso, dispunha de imóveis como a Fazenda Vera Cruz. A proposição foi aceita e vendemos as ações do Frigoíás.

Em 1984, a diretoria do Matingo recebeu um grupo de São Paulo, liderado por Paulo Pascowitch, presidente do Banco Áurea, interessado em investir no setor de carnes, para exportação, em especial ao mercado europeu, onde mantinha as filiais. Nas negociações, surgiu a possibilidade de venda de 50% das ações do Matingo, uma vez que parte dos seus acionistas pretendia continuar com o novo grupo, que já tinha conhecimento da construção de novo frigorífico, na Fazenda Vera Cruz, onde hoje existe o conjunto habitacional Vera Cruz, à margem da rodovia estadual, na saída de Goiânia para Trindade. Fechado o negócio, convidaram-me a continuar na diretoria e veio de São Paulo uma equipe de técnicos, que elaborou o projeto do frigorífico, voltado para a exportação.

O projeto, considerado muito arrojado, dependia de recursos oficiais. Tudo corria normalmente quando Delfim Netto, então ministro da Fazenda, homem forte do governo federal, considerado o grande responsável pelo “milagre brasileiro”, visando demagogicamente baixar o preço da carne nos grandes centros do País – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília –, promoveu uma intervenção branca nos frigoríficos. Mediante aluguel compulsório, o governo ocupou as instalações de vários deles, inclusive em Goiânia e Anápolis, e requisitou gado nas fazendas. Ao mesmo tempo, o Brasil importou carne da Argentina.

---

**“Tudo corria normalmente quando Delfim Netto, então ministro da Fazenda, homem forte do governo federal, visando demagogicamente baixar o preço da carne promoveu uma intervenção branca nos frigoríficos”**

---



---

**“Com a melhoria do nosso rebanho e, principalmente, graças aos incentivos fiscais, (Goiás) conquistou o mercado, em crescimento acelerado nos últimos anos”**

---

Diante dessa situação, o Áurea, que já possuía maioria acionária, pois sorratamente comprara ações de componentes do nosso grupo, vendeu suas ações a um grupo de São Paulo ligado ao Bordon. Com isso, deixou-nos a ver navios,

sozinhos com os prejuízos. Diante de tal frustração, negociamos nossas ações a um valor insuficiente para cobrir nossos prejuízos.

A luta continuou, agora, com a construção de uma central frigorífica na Plataforma Logística Multimodal de Goiás, em Anápolis.

Conforme descrevemos, Goiás não tinha nenhuma expressão como exportador de carnes. Com a melhoria do nosso rebanho e, principalmente, graças aos incentivos fiscais, conquistou o mercado, em crescimento acelerado nos últimos anos. O Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarnes), do qual fui fundador e primeiro presidente, teve papel relevante nesse processo. Paralelamente, com a modernização dos existentes e a criação de novos frigoríficos exportadores, como o Goiás Carnes, e a qualidade de nossos produtos, chegamos a esse gênio chamado José Batista Júnior, o Júnior da Friboi. Goiás é, então, o maior exportador de carnes do Brasil e, o nosso país, o maior exportador do mundo.

Numa arrancada sensacional também na Argentina, ele adquiriu o controle do internacional Grupo Swift, com suas unidades nos Estados Unidos e na Austrália, possuindo atualmente 40 mil funcionários e atuando nos cinco continentes.

É a consagração do JBS Friboi como primeira multinacional goiana, JBS as iniciais de seu pai, José Batista Sobrinho, conhecido carinhosamente por Zé Mineiro, o iniciador de tudo, com seu açougue em Anápolis.

Júnior, transformando-se no maior empresário de carnes do planeta, é exemplo para a nossa juventude e para o Brasil.

*(\*) Waldyr O’Dwyer é o decano dos industriais goianos e presidente do Núcleo Regional da Fieg em Anápolis*



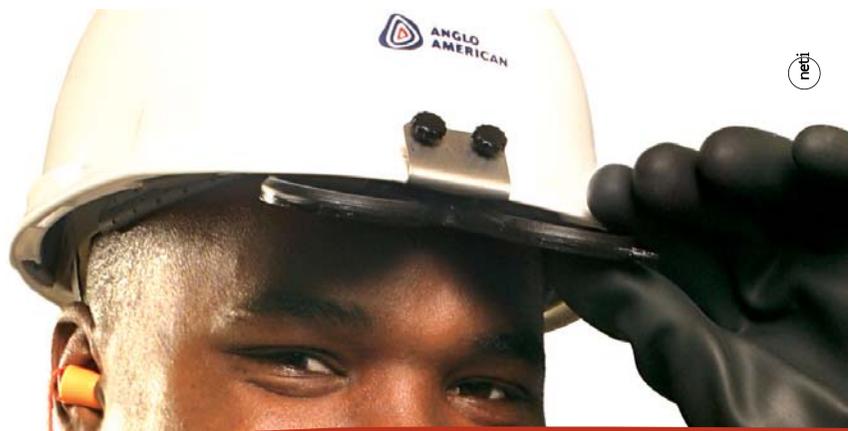
# A SUA ENTRADA PARA EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER.

O SESI realiza cursos e ações para a educação, a saúde e o lazer, em unidades próprias ou no ambiente de trabalho, em conjunto com as empresas, contribuindo com o fortalecimento das indústrias e a qualidade de vida dos trabalhadores.

**Educação • Cultura • Lazer • Saúde e Segurança no Trabalho  
Odontologia • Esporte • Responsabilidade Social**



[www.sesigo.org.br](http://www.sesigo.org.br)



# A gente vê o Brasil com outros olhos.

A Anglo American é um dos maiores grupos em mineração e recursos naturais do mundo. No Brasil desde 1973, é responsável pela operação da Mineração Catalão, Codemin e Copebrás, empregando hoje mais de 3.800 pessoas. Com a construção da Unidade Barro Alto – um investimento de 1,2 bilhão de dólares na produção de ferroníquel - a empresa vai gerar muito mais emprego e desenvolvimento. Para a Anglo, significa investir com confiança em crescimento sustentável: a capacidade de se tornar não apenas maior, mas ainda melhor para nossos parceiros, empregados e comunidades onde atuamos. Pessoas que compartilham com a gente a visão de um horizonte cada vez mais promissor.



**Mineração Catalão – ferronióbio**  
Catalão e Ouidor (GO)



**Barro Alto – ferroníquel**  
Barro Alto (GO)



**Codemin – ferroníquel**  
Niquelândia (GO)



**Copebrás – fosfatados**  
Cubatão (SP), Catalão e Ouidor (GO)